



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS, TECNOLOGIAS E SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÃO

JESSICA SARAIVA DA SILVA

Da fadiga de acesso à tecnologia assistiva: uma revisão de escopo.

Jessica Saraiva da Silva

Da fadiga de acesso à tecnologia assistiva: uma revisão de escopo.

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Tecnologias da Informação e Comunicação da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Tecnologia e Inovação.

Orientador(a): Prof. Giovani Mendonça Lunardi, Dr.
Coorientador(a): Prof. João Matheus Acosta Dalmann, Dr.

Araranguá/SC

2026

Ficha catalográfica gerada por meio de sistema automatizado gerenciado pela BU/UFSC.
Dados inseridos pelo próprio autor.

Silva, Jéssica Saraiva da

Da fadiga de acesso à tecnologia assistiva : uma revisão de escopo / Jéssica Saraiva da Silva ; orientador, Giovani Mendonça Lunardi, coorientador, João Matheus Acosta Dalmann, 2026.

100 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Campus Araranguá, Programa de Pós-Graduação em Tecnologias da Informação e Comunicação, Araranguá, 2026.

Inclui referências.

1. Tecnologias da Informação e Comunicação. 2. Tecnologias da Informação e Comunicação. 3. Fadiga de Acesso. 4. Ensino Superior. I. Lunardi, Giovani Mendonça . II. Dalmann, João Matheus Acosta . III. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Tecnologias da Informação e Comunicação. IV. Título.

Jéssica Saraiva da Silva

Da fadiga de acesso à tecnologia assistiva: uma revisão de escopo

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado, em 10 de dezembro de 2025, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Giovani Mendonça Lunardi, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Patrícia Jantsch Fiuza, Dr.^a
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Ivani Cristina Voos, Dr.^a
Instituto Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Mestra em Tecnologias da Informação e Comunicação.



Documento assinado digitalmente
Giovani Mendonça Lunardi
Data: 19/02/2026 17:19:00-0300
CPF: ***.394.559-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof. Giovani Mendonça Lunardi, Dr.
Coordenação do Programa de Pós-Graduação



Documento assinado digitalmente
Giovani Mendonça Lunardi
Data: 19/02/2026 17:19:23-0300
CPF: ***.394.559-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof. Giovani Mendonça Lunardi, Dr.
Orientador(a)

Araranguá, 2026.

Dedico aos meus pais, em especial à minha mãe Maria Rosilda, e, em seu nome, a todas as mães que lutam para que seus filhos/as vivam um novo amanhã por meio da educação. Vencemos!

Dedico ao Coletivo Pertencer/UFSC.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais Maria Rosilda e José Lopes, aos meus irmãos Wellington e Maria Cristina, a minha cunhada Bianca, ao meu companheiro Thiago. Aos meus orientadores Dr. Giovani Lunardi e Dr. João Matheus Acosta que acreditam no potencial da pesquisa proposta e acolheram os medos e ansiedades do processo. Ao professor Christian Cechinel pelo acolhimento no primeiro contato com as disciplinas do PPGTIC, em Tópicos Especiais em Tecnologia Educacional: Programação de Computadores para não Computeiros, uma disciplina acessível e potente para não computeiros, um verdadeiro convite ao mundo computacional. À CAPES pelo investimento e os incentivos nas pesquisas brasileiras. Ao Laboratório de Tecnologia Assistiva – LABTA/UFSC/ARA pelo acolhimento e pelos momentos de confluência. Ao Núcleo de Estudos da Deficiência (NED/UFSC), em nome da Dra. Marivete Gesser, agradeço toda a equipe que cria um espaço de construção de sabedoria, luta anticapacitista e debates afins. À Rossana, Vitória e Eloiza, que fazem o Serviço Social do CIAE/UFSC pela parceria e pelo encorajamento ao longo da jornada. A equipe da Biblioteca Setorial da UFSC/ARA, em especial, Debora e Toni, pois foram fundamentais neste processo de construção da pesquisa. Aos trabalhadores que lutaram por direitos trabalhistas, pois propiciam um afastamento para capacitação que viabilizou o término deste trabalho. As minhas parceiras de vida Ana Karla, Katyane, Querubina e Iclicia, por todos os momentos de encorajamento e acolhida. Aos colegas do mestrado que propiciam momentos de debates potentes, em especial, Janine, Andreza e Tatiane. Aos estudantes, pessoas com deficiência do campus Araranguá pela luta incansável e, em especial, ao Coletivo Pertencer. Ao NEABI/ARA/UFSC, pela luta pela inclusão das pessoas negras, indígenas, quilombolas, PCD e em todas as formas de existir. Que a UFSC seja um lugar de pertencimento a todos os corpos socialmente excluídos.

Pertencer é mais do que romper as barreiras dos rótulos e dos estigmas produzidos na representação e imaginário social; pertencer é mais do que ter contemplados direitos à cidadania no âmbito jurídico-formal. Pertencer é, pois, estar engajado, qual sujeito ativo da história; é exercer a condição de ator sem ser alvo da visão dualista que atribui à “diferença” a condição de anjo ou de demônio para garantir à média a condição de normais. Pertencer é estar no palco sem ser herói ou vilão...

(Paulo Ricardo Ross, 1999)

*“Para as pessoas sem deficiência a tecnologia torna as coisas mais fáceis.
Para as pessoas com deficiência, a tecnologia torna as coisas possíveis”*
(Radabaugh, 1993).

Um rio não deixa de ser um rio porque conflui com outro rio. Ao contrário: ele passa a ser ele mesmo e outros rios, ele se fortalece. Quando a gente confluência, a gente não deixa de ser a gente, a gente passa a ser a gente e outra gente (Negô Bispo).

Escrever é isso aí: interlocução (Mário Osório Marques)

Suas atitudes falam tão alto que eu não consigo ouvir o que você diz (Ralph Waldo Emerson)

RESUMO

A pesquisa tem como objetivo investigar a utilização do conceito Fadiga de Acesso e suas contribuições para a área de Tecnologia Assistiva. O fenômeno da fadiga de acesso emerge a partir dos estudos da pesquisadora Annika Honrad (2021) ao se aprofundar na retórica da deficiência. Questionando-se por que é tão difícil falar sobre deficiência? A experiência da deficiência na busca por acesso traz à tona um debate relevante que envolve dimensões materiais, sociais e emocionais, à luz de uma análise interseccional, percorremos reflexões que realocam para o centro do debate a interdependência que temos enquanto seres sociais e os marcadores sociais da diferença como constitutivos da dimensão humana. No tocante à responsabilização individual pelo acesso, encontra-se na contramão do lugar de privilégio de acessibilidade que as pessoas sem deficiência ocupam e das barreiras consequentes deste, por criar uma interdependência para o acesso. A Tecnologia Assistiva propõe a criação de recursos que proporcionem autonomia para as pessoas com deficiência, contudo, nem sempre essa autonomia é garantida, e, ensinar às pessoas sem deficiência estratégias para a acessibilidade pode tornar-se exaustivo a ponto de algumas pessoas com deficiência desistirem do acesso. O panorama indicado pela Organização Mundial da Saúde (2022) aponta que 16% da população mundial sofre algum tipo de deficiência; até 2050 cerca de 3,5 bilhões de pessoas precisarão de algum tipo de Tecnologia Assistiva. Atualmente, aproximadamente 01 bilhão de pessoas com deficiência têm acesso negado à Tecnologia Assistiva. Os dados nos apresentam contexto de pesquisa relevante para a área, pois provocam reavaliar os desdobramentos nas próximas décadas nos processos de inclusão e acessibilidade. O problema da pesquisa questiona qual a produção científica sobre a Fadiga de acesso e sua contribuição para a área de tecnologia assistiva. A pesquisa é de caráter básico, exploratório, bibliográfico, dispõe-se de uma metodologia de análise de dados quali-quantitativa. Com os achados da pesquisa foi possível identificar a emergência na articulação dos debates que envolvem a implementação do Desenho Universal, a Justiça social e o Acesso, três dimensões que perpassam os debates estudados e que podem ser um caminho para a Tecnologia Assistiva, além de qualificação dos processos de inclusão e acessibilidade.

Palavras-chave: Fadiga de Acesso; Tecnologia Assistiva; Ensino Superior.

ABSTRACT

This research aims to investigate the use of the concept of Access Fatigue and its contributions to the field of Assistive Technology. The phenomenon of access fatigue emerges from the studies of researcher Annika Honrad (2021) as she delves into the rhetoric of disability. Questioning why it is so difficult to talk about disability, the experience of disability in the pursuit of access brings to the forefront a relevant debate involving material, social, and emotional dimensions. Through an intersectional analysis, we explore reflections that place at the center of the debate the interdependence we have as social beings and the social markers of difference as constitutive of the human dimension. Regarding individual responsibility for access, this goes against the privileged position of accessibility occupied by people without disabilities and the consequent barriers, as it creates interdependence for access. Assistive Technology aims to create resources that provide autonomy for people with disabilities; however, this autonomy is not always guaranteed, and teaching accessibility strategies to people without disabilities can become exhausting to the point that some people with disabilities give up on access. The panorama indicated by the World Health Organization (2022) points out that 16% of the world's population suffers from some type of disability; by 2050, approximately 3.5 billion people will need some type of Assistive Technology. Currently, approximately 1 billion people with disabilities are denied access to Assistive Technology. These data present a relevant research context for the area, as they prompt a re-evaluation of the unfolding events in the coming decades regarding inclusion and accessibility processes. The research problem questions what scientific production exists on Access Fatigue and its contribution to the field of assistive technology. The research is basic, exploratory, and bibliographic in nature, employing a qualitative-quantitative data analysis methodology. The research findings made it possible to identify the emergence of debates surrounding the implementation of Universal Design, Social Justice, and Access—three dimensions that permeate the studied discussions and that can be a path for Assistive Technology, as well as for improving inclusion and accessibility processes.

Keywords: Access Fatigue; Assistive Technology; Higher education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Estrutura da dissertação	27
Figura 2 - Distinção semântica entre os conceitos	36
Figura 3 - Modelo CIF de avaliação.....	37
Figura 4 - Fluxograma dos dados da pesquisa.....	61

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Publicações no PPGTIC /UFSC relacionada ao tema Tecnologia Assistiva	26
Quadro 2 - Deficiência ao longo da história.....	30
Quadro 3 - Acrônimo PCC.....	56
Quadro 4 - Resultados das buscas	57
Quadro 5 - Descrição dos estudos incluídos na revisão de escopo	63
Quadro 6 - Legislações para pessoa com deficiência	69
Quadro 7 - Principais leis de inclusão na educação e trabalho	70
Quadro 8 - Estudos convite	71

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES	Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CIAE	Coordenadoria Integrada de Apoio ao Estudante
CIDID	Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Desvantagens
CIF	Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde
CITA	Comissão Interministerial de Tecnologia Assistiva
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNRTA	Centro Nacional de Referência em Tecnologia Assistiva
CTA	Comissão de Ajuda Técnica
DOI	Digital Object Identifier
EUA	Estados Unidos da América
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICF	International Classification of Functioning, Disability and Health
ICIDH	International Classification of Impairment, Disabilities and Handicaps
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Anísio Teixeira
JBÍ	Joanna Briggs Institute
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MEC	Ministério da Educação
MDH	Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania
NED	Núcleo de Estudos da Deficiência
NEE	Necessidades Educacionais Específicas
NEABI	Núcleo de Estudos Afro-Latino-Americano, Dos Povos Originários, Quilombolas e Diversidades
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OSF	Open Science Framework
PCD	Pessoa com Deficiência
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNAES	Política Nacional de Assistência Estudantil
PNTA	Plano Nacional de Tecnologia Assistiva

PPGTIC	Programa de Pós-Graduação de Tecnologias de Informação e Comunicação
PRISMA	Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses
SGR	Sistema de Garantia de Direitos Humanos
SisAssistiva	Sistema Nacional de Laboratórios de Tecnologia Assistiva
SUS	Sistema Único de Saúde
TA	Tecnologia Assistiva
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO E PROBLEMA DE PESQUISA	21
1.2	JUSTIFICATIVA	24
1.3	OBJETIVOS	25
1.3.1	Objetivo Geral	25
1.3.2	Objetivos Específicos	25
1.4	INTERDISCIPLINARIDADE E ADERÊNCIA AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO	25
1.5	ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	26
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	29
2.1	DEFICIÊNCIA: CONCEITOS E PERSPECTIVA	29
2.1.1	Modelos de deficiência	29
2.1.2	Teorias críticas e epistemológicas	32
2.1.3	Aplicações em políticas públicas e Tecnologia Assistiva	35
2.2	PROCESSO DE INCLUSÃO E A EDUCAÇÃO	39
2.3	AÇÕES AFIRMATIVAS NO BRASIL E A PESSOA COM DEFICIÊNCIA	40
2.4	FADIGA DE ACESSO	42
2.5	INCLUSÃO NA ÓTICA DAS TECNOLOGIA ASSISTIVA	45
2.5.1	Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com deficiência	47
2.6	TECNOLOGIA ASSISTIVA NO ENSINO SUPERIOR	48
2.6.1	Programa Incluir	50
2.6.2	Laboratórios de Tecnologia Assistiva	52
3	METODOLOGIA DA PESQUISA	55
3.1	PROTOCOLO	59
3.2	REVISÃO DE ESCOPO	59
3.3	RESULTADOS E DISCUSSÃO	61
3.3.1	Resultados da pesquisa	61
3.4	DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS ARTIGOS SELECIONADOS	66
3.5	CONCLUSÃO DA REVISÃO DE ESCOPO	74
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
5.1	INDICAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS	80
	REFERÊNCIAS	81

APENDICE A - INFORMAÇÕES RELEVANTES FORAM	
SISTEMATIZADAS DA SEGUINTE FORMA.....	90
APÊNDICE B - PROTOCOLO PARA REVISÃO DE ESCOPO	94

1 INTRODUÇÃO

As pessoas oprimidas não devem suportar o fardo de educar e reformar seus opressores, e ainda assim, é isso que a metáfora visível/invisível pede às pessoas com deficiência (Konrad, 2018, p. 21, tradução nossa).

O objetivo desta pesquisa surge a partir de inquietações que, ao longo da minha trajetória profissional como Assistente Social, no ensino superior, participei durante o desenvolvimento de ações de promoção da acessibilidade no espaço universitário. Entre atendimentos e relatos, o processo de acolhimento das pessoas com deficiência, a partir de uma escuta qualificada, ensina-me o que as palavras, por vezes, não conseguem expressar, nuances envoltas no processo de acessibilidade.

Acessibilidade, portanto, é a condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia, total ou assistida, de edificações, espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, transporte, sistemas de informação e comunicação por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida (Brasil, 2004). A acessibilidade relaciona-se com o acesso a determinadas situações e lugares, sendo assim, condições concretas da vida, possíveis de observar, implementar, medir, legislar e avaliar (Manzini, 2025).

Pensar as nuances que envolvem o acesso e a acessibilidade é perceber o contexto ao redor, forjado por atitudes que hierarquizam os sujeitos segundo sua capacidade e funcionalidade.

Desenvolver a sensibilidade de perceber as inúmeras idas e vindas de pedidos não compreendidos. Seja porque os profissionais na instituição não percebem a reprodução de uma lógica inacessível, demonstrando, assim, seu desconhecimento a respeito do tema, ou, porque a instituição não está preparada para o processo de pertencimento equânime, assim acarretando a ausência de comprometimento no acolhimento das solicitações por parte de seus trabalhadores e da própria comunidade acadêmica.

O espaço de formação educacional, desde a creche até a universidade, não é neutro, ele dialoga diretamente com o objetivo de sociedade em construção. Portanto, é uma escolha diária dos corpos que importam e dos que são deixados de lado, neste sentido, evocamos a não neutralidade na educação, defendida pelo Patrono da educação, Paulo Freire (1987).

Identificar e buscar formas de romper com as lógicas que hierarquizam são estratégias anticapacitistas¹. Criar oportunidades institucionais de propor alguns espaços a partir da construção coletiva é um dos caminhos possíveis e necessários para inclusão. Desta forma, construí junto ao coletivo de estudantes com deficiência na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) - Campus Araranguá, o Coletivo Pertencer, um movimento coletivo e emancipador dentro da universidade. Entre as ações realizadas, tivemos a proposta da criação de um Núcleo de Inclusão para o Campus Araranguá, que esbarrou nas barreiras do capacitismo da instituição que não tem, até 2025², diretrizes como uma Política Institucional de Inclusão e Acessibilidade para normatizar esse tipo de estrutura. Na contramão do que respalda o Decreto 7.611/2011 (Brasil, 2011) e a Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015).

Identifiquei ser urgente problematizar o processo fatigante vivido pelas pessoas com deficiência no ambiente universitário, pois não basta ter amparo legal, é necessária uma comunidade acadêmica e gestores com mentalidade acessível. Também é preciso nomear e reconhecer as barreiras que são dadas como naturais no cotidiano, e romper com a lógica não equânime das instituições.

Contudo, a partir dos trabalhos realizados com o professor Dr. Giovani Mendonça Lunardi, tive uma aproximação com a área da Tecnologia Assistiva³, que possibilitou conhecer o Programa de Pós-Graduação em Tecnologia da Comunicação e Informação (PPGTIC/UFSC) e, assim, retomar as reflexões a respeito do processo de inclusão e da criação de um núcleo de acessibilidade. A coorientação do professor Dr. João Matheus Acosta Dallmann foi de extrema importância para trazer ao debate uma perspectiva interseccional para a compreensão da pesquisa.

Ao iniciar o processo de revisão da literatura para construção da pesquisa e estudos realizados junto ao Núcleo de Estudos da Deficiência da UFSC (NED), deparei-me com os estudos de Annika Konrad (2021) que nomeia a fadiga vivenciada pelas pessoas com deficiência em seu processo de inclusão. Este momento, foi um

¹ Anticapacitismo é a luta por romper com a lógica capacitista que reproduz preconceito contra as pessoas com deficiência, criando barreiras e opressões interseccionais que impactam no processo emancipador.

² Instituído grupo de trabalho para criação da Política de Inclusão da UFSC: Portaria nº 2322/2024/GR, de 11 de novembro de 2024.

³ Vale destacar que nos primeiros documentos nacionais a respeito do tema não existia uma definição conceitual nas pesquisas, nem mesmo uma única nomenclatura, sendo assim, vale destacar dois pontos: 1. Ajudas Técnicas é o termo anteriormente utilizado para o que hoje se convencionou designar Tecnologia Assistiva; e 2. O termo Tecnologia Assistiva seja aplicado no singular por referir-se a uma área de conhecimento (Brasil, 2009).

divisor de águas no rumo que se desenhou esta pesquisa. Agora, eu consegui nomear o cansaço que observava, junto das pessoas com deficiência, na trajetória de construção de recursos acessíveis.

Atendendo à convocação feita por Mello e Cabistani (2019), é necessário que as pessoas que não têm deficiência ocupem seu lugar de fala no debate sobre capacitismo, pois este lugar diz sobre o direito de existir. O direito de existir das pessoas com deficiência esbarra no lugar construído de privilégio das pessoas sem deficiência.

Então, neste momento, interessou-me em compreender esse processo, pois dialoga com os objetivos da Tecnologia Assistiva (TA) que é a criação de serviços, metodologias e/ou estratégias que visam promover meios para autonomia das pessoas com deficiência. E vão além, pois são recursos usados por pessoas que não têm deficiência, mas que carecem de recursos auxiliares como no caso do par de óculos ou bengala/andador para os casos de mobilidade reduzida.

Pesquisar TA é acessar um campo de saber que nos coloca o desafio crítico de perceber como se constrói essa tão almejada autonomia para as pessoas com deficiência, saber se, de fato, o uso destes recursos está a serviço de uma lógica de reabilitação para busca de um corpo normativo ou a criação de recursos para potencializar a diversidade de corpos e as diversas formas de existir.

Logo, um dos aspectos importantes a serem estudados é que em grande parte das TA são construídas por pessoas sem deficiência, pois são elas que ocupam grande parte da mão de obra nas empresas, universidades e centros de pesquisa. Sendo assim, minha hipótese é que existia um fenômeno que nos impele a avançar para construção de um espaço mais inclusivo e que não estamos lançando luz para esse debate no campo da Tecnologia Assistiva. Um lugar de acesso que ocupamos e que está intrinsecamente posto nas nossas produções e que pode direcionar o resultado dos produtos para inclusão.

A partir desta reflexão, fazer ecoar a denúncia do cansaço e silenciamento vividos pelas pessoas com deficiência é uma forma de implicação teórico-prática na produção de saber, mas por si só não é suficiente. Precisamos refletir no que nos incube o lugar confortável, na correlação de forças, colocados como “validadores do acesso alheio”, nada mais é que, lançar luz ao lugar de poder neste tipo de relação.

Vale considerar o que Foucault(1998) define como poder:

O poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada [...]. O poder não é algo que se adquira, arrebate ou compartilhe, algo que se guarde ou deixe escapar; o poder se exerce a partir de inúmeros pontos e em relações desiguais e móveis (Foucault, 1998, p. 88-89).

Somos convocados num lugar técnico-científico para avaliarmos as necessidades de acesso de pessoas com deficiência. As pessoas sem deficiência podem incorrer numa lógica que é dada como privilégio de acesso, por não experienciar essa fadiga vivida na busca deste acesso, tem-se o risco de reproduzir atos de não se responsabilizar devidamente pelo processo de inclusão.

Nomear os processos é um dos potentes instrumentos para enfrentar o que é desconhecido. Sendo assim, para uma sociedade mais inclusiva é fundamental compreender o que é capacitismo –

crenças, processo e prática que produzem um tipo de eu e corpo (o padrão corporal) que é projetado como perfeito, típico da espécie é essencial e plenamente humano. A deficiência, então, é apresentada como um estado diminuído do ser humano (Campbell, 2001, p. 44).

Assim, nos deparamos com o problema que envolve a hierarquia entre vidas humanas, se existem corpos inferiorizados, é porque existem outros superestimados, uma nova possibilidade de compreender a construção do acesso e o enfadonho dilema para inclusão. Apresenta-se assim o termo “Fadiga de Acesso” cunhado pela intelectual estadunidense Annika Konrad como “o padrão cotidiano de necessidade constante de ajudar outros a participar do acesso, uma demanda tão desgastante e implacável que, às vezes, faz com que o acesso simplesmente não valha o esforço” (Konrad, 2021, p. 180).

Se, por um lado, vivemos os benefícios de uma sociedade tecnologicamente em amplo desenvolvimento – como podemos perceber o avanço tecnológico em prol do capitalismo - por outro lado, ainda não resolvemos o problema de Fadiga de Acesso. Estamos diante da denúncia que desmascara os moldes sociais que ainda fadigam as pessoas com deficiência para o acesso a recursos básicos, como educação, saúde e os meios para plena cidadania.

Ao refletir a respeito da relação inclusão social no capitalismo Pedro Henrique Corrêa nos lembra que:

Na história do capitalismo, os inventos técnicos e o aumento da produtividade foram progressivos apenas do ponto de vista histórico, mas de maneira alguma do individual. As revoltas garantiram melhorias no modo de vida, mas

assim que cessadas, progressivamente as melhorias são retiradas. É por reconhecerem isso, embora aderindo a um ponto de vista cético com relação ao capitalismo, que os adeptos às teorias pós-modernas criticam as conquistas da chamada “modernidade” [...] A humanidade dispõe agora de meios de produção avançados que, se administrados pela coletividade e para fins planejados, voltados ao bem-estar, serão capazes de gerar uma era de abundância e frutificação técnico-científica nunca antes vista. Também dispõe de um grupo econômico (classe social) com uma coesão inédita, os assalariados despossuídos. (Corrêa, 2022, p. 174-5)

Visualizando o desafio apresentado, tecnologia e inclusão, agora em diante, não seria a mesma coisa, pois as pessoas sem deficiência compõem a grande parcela da sociedade que está à frente de construir políticas públicas que poderiam eliminar o contexto que cria a Fadiga de Acesso.

Doravante, para melhor compreender possíveis estratégias de romper com o contexto capacitista, faz-se necessário entender nossa responsabilidade neste processo. Sendo assim, nosso objetivo neste estudo é um aprofundamento no conceito “Fadiga de Acesso”, que viabilizará sua compreensão junto à área de Tecnologia da Comunicação e Informação (TIC), em especial no tocante à tecnologia assistiva.

As TICs são na era digital uma das principais pontes entre saberes, onde a tecnologia impulsiona o desenvolvimento tecnológico, social e econômico. Neste sentido, Tecnologia Assistiva é fundamental, pois seu objetivo é promover maior independência e qualidade de vida para as pessoas com deficiência (Bersch, 2017).

Antes de nos debruçar em relação à tecnologia, faz-se necessário abrir um espaço de reflexão relacionado à provocação feita por Rita Bersch, as tecnologias podem promover maior independência, mas vale a pena pontuar que essa independência dialoga diretamente com a interdependência no processo de inclusão problematizado pela filósofa Eva Kittay. A compreensão a respeito do conceito de interdependência nasce do movimento que debate o Modelo Feminista nos Estudos da Deficiência, põe em pauta a necessidade humana da interdependência. “[...] todos nós somos constituídos de relações, somos seres relacionais, somos em relação...” (Gaiguer, 2018, p.62)

De Abreu *et al.* (2020) nos provocam a pensar as possibilidades de um projeto de justiça e de inclusão que coloque a igualdade pela interdependência como basal da vida humana. Problematicando a ideia de independência que para algumas pessoas com deficiência não poderá ser alcançada, e, neste sentido, torna-se nocivo e exaustivo o objetivo de independência. Cabendo assim, a ética do cuidado e a

interdependência como inerente ao humano são indissociáveis para a vida em coletividade.

O avanço tecnológico nos apresenta novas possibilidades de ver e rever o mundo. Sendo assim, podemos criar recursos que nos aproximem cada vez mais de espaços sociais plurais. Desta forma, antigos paradigmas precisam ser superados para construção de novos alicerces que sustentem a inclusão, pautada na equidade, de um mundo verdadeiramente diverso. Neste sentido, compreender uma sociedade ativamente plural e democrática é um dos desafios globais.

Diante da grande área das TICs, faremos um recorte para Tecnologia Assistiva (TA) para conduzir este estudo. A aproximação dos estudos da área de Tecnologia Assistiva com os debates dos estudos da deficiência, em especial, fomenta uma análise a partir da interdisciplinaridade como ferramenta de análise e estudo. Rompendo com as barreiras que distanciam ambos os campos de conhecimentos, e aproximando-os no que tem como norte o processo de acessibilidade e autonomia das pessoas com deficiência. A partir da interdisciplinaridade lançar pontes para reconectar os saberes especializados e romper com as fronteiras (Gattás; Furegato, 2006).

Analisar o processo de inclusão proposto pela utilização da Tecnologia Assistiva no que diz respeito ao seu potencial de construir técnicas e processos que podem prover assistência ou reabilitação para pessoas com algum tipo de deficiência é um dos pontos-chave para o referido estudo. Observar o fenômeno de uma forma não determinista nos abre possibilidade de compreender os efeitos das TAs no cotidiano.

Para alicerçar nossa compreensão, retomamos a definição feita pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência, onde pessoa com deficiência é aquela que vive o “impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (Brasil, 2015, p. 8). Por deficiência, levaremos em consideração, a princípio, o Modelo Social da Deficiência que é fruto do movimento das pessoas com deficiência reivindicando avanços na compreensão do que se compreendia pelo modelo médico, isso é, não trataremos do meramente físico/biológico ou relacionado ao sujeito e seu corpo, mas a relação de desigualdade imposta por ambientes com barreiras a um corpo com

impedimentos (Diniz; Barbosa; Santos, 2009), ou ainda, pensar o humano a partir das diferenças funcionais (Pereira, 2009).

Posto isso, um diálogo com os Estudos da Deficiência é necessário para compreensão dos atuais paradigmas e concepções de deficiência e seus desafios na atualidade. Trazendo à tona a voz daqueles que, ao longo do tempo, na busca por meios para inclusão, vão se exaurindo no processo de acesso.

Oportunamente, vale destacar o lugar que partem as reflexões da pesquisadora neste estudo, sendo uma pessoa com funcionalidades que se diferencia das definições atribuídas às pessoas com deficiência. Não vivo a experiência da deficiência em meu corpo, mas trago os marcadores de desigualdade por ser uma mulher, negra e nordestina. Minha experiência em Santa Catarina, me fez ver como as questões de deficiência se aproximam dos debates interseccionais de raça, gênero, território e empobrecimento. Consequentemente, é imprescindível ao longo do estudo, observar os marcadores sociais da diferença e as encruzilhadas a partir das avenidas identitárias que vão se apresentando diante destes (Crenshaw, 2004).

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E PROBLEMA DE PESQUISA

No cenário brasileiro, 7,3% da população é identificada como pessoa com deficiência: 14,4 milhões de pessoas. Destas, 8,3 milhões são mulheres e 6,1 milhões são homens. A maior concentração encontra-se na região nordeste, com 8,6%. Vale destacar que não foram identificados os dados das pessoas transgênero com deficiência. Ainda a respeito das pessoas com deficiência, nas intersecções cor/raça/etnia, evidencia-se que 6,4 milhões de pessoas são pardas, 1,8 milhões são pretos, 78 mil indígenas, 55 mil amarelos e 6,1 milhões são brancos. O processo de envelhecimento também é fator importante, pois se relaciona com as condições de funcionalidade. Isto posto, os dados mostram que 17,9% estão na faixa de 60 a 69 anos, seguidos por 17,4% que estão na faixa de 50 a 59 anos (IBGE, 2022).

Perante os dados apresentados, é relevante evocar conceitos que nos indicam caminhos para interpretação destes, sendo o marcador social da diferença e a interseccionalidade, fundamentais neste contexto.

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe,

gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas. (Collins; Bilge, 2021, p.273).

Luiz Felipe K. Hirano (2019) nos apresenta um estudo analítico do percurso empregado por ambos os conceitos e nos aponta que

Os marcadores permitem pensar não apenas o entrecruzamento de eixos de diferenciação em diversos contextos. Quando utilizados como auxiliares da análise, eles têm revelado outras dimensões implícitas ou explícitas, associadas a esses eixos: cor da pele, formato do cabelo, do nariz, vestuário, gestualidade e sotaque, entre outras dimensões, são usados para diferenciar, desigualar e hierarquizar, a depender da situação. Nesse sentido, palavras como marcador ou marca convidam a um olhar mais detalhado e circunscrito, para pensar as dimensões da vida social que são generificadas, racializadas, sexualizadas, classificadas, enfim, nomeadas de modo a afetar a vida das pessoas de distintas maneiras; tornam-se, assim, marcadores sociais da diferença (Hirano, 2019, p. 51).

Retomando aos dados sociodemográficos apresentados que sinalizam elementos importantes para pensar os desafios encontrados por determinados grupos sociais, demonstrados pela interseccionalidade que atravessa os processos de exclusão social, expresso a cada marcador social da diferença, como podemos perceber com as pessoas com deficiência no Brasil, que são predominantes nordestinas, mulheres, negras e idosas.

O analfabetismo é consequência dos processos de exclusão social. As pessoas com deficiência de 15 anos ou mais de idade totalizam 21,3%, correspondente à taxa de analfabetismo desta população. Dados correlacionados com o fator idade, quanto maior a idade, maior a proporção de pessoas analfabetas (IBGE, 2022).

A contextualização a respeito do perfil populacional brasileiro das pessoas com deficiência, nos provoca a pensar uma análise a partir do instrumento analítico interseccional. A “interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas” (Collins; Bilge, 2021, p. 16).

A utilização da interseccionalidade como instrumento de análise, nos demonstra que o movimento brasileiro de pessoas com deficiência, na década de 70, teve em sua maioria mulheres com deficiência. Num movimento de rompimento com

a tutela do Estado, avançando na garantia de direitos na constituinte de 1987 (Mello; Nuernberg; Block, 2014).

Pensar os mecanismos de garantia de direitos no contexto brasileiro está diretamente relacionado com as condições das pessoas com deficiência, pois são os grandes fomentadores de políticas públicas e de meios para inclusão. As pessoas com deficiência são as mais vulneráveis a situações de violência. Fatores como dependência financeira, isolamento social, estigmas, preconceito e a desigualdade social contribuem para a maior vulnerabilidade do grupo.

Buscar uma abordagem interseccional nos ajuda a identificar que as taxas de violência contra as pessoas com deficiência são mais elevadas entre as mulheres em comparação aos homens. Os dados de 2023 apontam que o maior índice de notificação por mulheres é violência doméstica. Entre os tipos de violência física, psicológica, sexual, negligência/abandono, o maior índice encontra-se na violência física, cerca de 52,6% dos registros (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025)

Segundo o Relatório Global da World Health Organization (WHO) sobre equidade em saúde para pessoas com deficiência (2022), “estima-se que 1,3 bilhão de pessoas – ou 16% da população mundial – sofra de alguma deficiência significativa atualmente”. É a população que morre mais cedo e tem suas condições de saúde precarizadas, consequência das injustiças sociais vivenciadas.

Em 2022, as Nações Unidas - Brasil publicava uma significativa notícia de que cerca de um bilhão de pessoas com deficiência têm acesso negado à Tecnologia Assistiva sendo dados da World Health Organization (WHO) em conjunto com o United Nations Children’s Fund (UNICEF). Destaca também que 3,5 bilhões de pessoas, até 2050, precisarão de um ou mais Tecnologias Assistivas.

Diante deste cenário, é notória a relevância em debatermos como contribuirmos para um ecossistema numa cosmovisão que perceba as diferenças como um potencial para o desenvolvimento, desafiando os moldes normativo-branco-cis-patriarcal-capitalista e colonial numa perspectiva de romper com o silenciamento que promove a desumanização de determinados grupos sociais. Visto que, mesmo considerando as avenidas identitárias e suas dimensões pela interseccionalidade, ainda assim os dispositivos técnicos de acessibilidade disponíveis não garantem que as pessoas com deficiência se sintam pertencentes no contexto (Gesser *et al.*, 2024).

Diante deste cenário, nos resta perceber que a pesquisa se dedica aos 92,7% da população brasileira que podem usar de seu privilégio de acesso e acessibilidade para transformar o ambiente propício para as diferenças funcionais, pois como afirmam Toro, Rietveld e Kiverstein (2025), são as relações intersubjetivas entre as pessoas com e sem deficiência, que operam conforme os pressupostos normativos do capacitismo. Sendo assim, reconhecer que os sujeitos corporificados são vivos e não apenas corpos que precisam de adequação para caber no espaço normativo.

No tocante aos dados expostos, a população com deficiência não totaliza o maior percentual da população brasileira ou internacional. Contudo, as ações de reparação histórica a serem realizadas por mais de 90% da população têm impacto direto no bem-viver de todos, sejam pessoas com deficiência ou não, pois os recursos de Tecnologia Assistiva, assim como outros recursos para a acessibilidade, não geram prejuízos que justifiquem, ao contrário, tornam o mundo um lugar melhor para todos que porventura deles precisarão. É nesta perspectiva de conhecer o processo que envolve o conceito de Fadiga de Acesso que é indispensável para avançarmos na área de Tecnologia Assistiva. Sendo assim, a pergunta de pesquisa é: qual a produção científica sobre a Fadiga de Acesso e sua contribuição para a Tecnologia Assistiva?

1.2 JUSTIFICATIVA

A temática desta dissertação apresenta-se relevante no tocante à pertinência de estudos pautados na interdisciplinaridade, conforme norteia a missão do PPGTIC/UFSC⁴. Valores como interdisciplinaridade, valorização do ser humano e responsabilidade social, são os nortes que direcionam o programa e se fazem presentes nesta pesquisa.

Busca-se, por meio deste, aprofundar a compreensão a respeito do processo de inclusão e os atravessamentos que inibem seu desenvolvimento. A Tecnologia da Informação e Comunicação é área relevante no processo de inclusão social, perpassado pelos eixos Tecnologia e Inovação, promove campo fértil para criação de recursos que atendem as demandas que viabilizam a superação das barreiras de

⁴ Planejamento Estratégico PPGTIC/UFSC (2020-2024), disponível em: <https://ppgtic.ufsc.br/planejamento-estrategico/>.

comunicação e informação. Dentre suas possibilidades de atuar, encontramos as Tecnologias Sociais e Tecnologia Assistiva que, entre outras, visam a uma promoção para inclusão social.

Ressalta-se que a pesquisa está alinhada com as diretrizes do Plano Nacional de Tecnologia Assistiva (PNTA), Decreto nº 10.645/2021, "II – fomento à pesquisa, ao desenvolvimento e à inovação para criação e implementação de produtos, de dispositivos, de metodologias, de serviços e de práticas de tecnologia assistiva" (Brasil, 2021).

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

Investigar a utilização do conceito Fadiga de Acesso e suas contribuições para área da Tecnologia Assistiva.

1.3.2 Objetivos Específicos

- a) Identificar os principais estudos a respeito do conceito Fadiga de Acesso;
- b) Verificar características ou fatores-chaves relacionados ao conceito Fadiga de Acesso;
- c) Identificar a relação entre o conceito de fadiga de acesso e a área da tecnologia;
- d) Relacionar as potencialidades da compreensão do conceito Fadiga de Acesso para área de Tecnologia Assistiva.

1.4 INTERDISCIPLINARIDADE E ADERÊNCIA AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

O Programa de Pós-Graduação em Tecnologia da Informação e Comunicação atua nas linhas de pesquisa: "Tecnologia Educacional", "Tecnologia Computacional" e "Tecnologia, Gestão e Inovação".

Os estudos de tecnologia educacional dialogam com a Tecnologia Assistiva no

que propõe a construção interdisciplinar, pois ambos contribuem na criação de recursos de apoio à aprendizagem por meio de tecnologias, seja ela educacionais nos espaços de ensino e aprendizado e ou nos diversos níveis de formação acadêmica.

Quadro 1 - Publicações no PPGTIC /UFSC relacionada ao tema Tecnologia Assistiva

Autor	Tema	Ano	Interdisciplinaridade
SOUSA, Bruno José de	Tecnologia assistiva e o atendimento educacional especializado na perspectiva da pessoa com deficiência.	2022	Tecnologia e Educação Inclusiva
MANENTI, Daise da Silveira	Tecnologia Assistiva e a formação continuada dos docentes do Atendimento Educacional Especializado.	2021	Tecnologia e Educação Inclusiva
AGUIAR, Luciane Lummertz	Inclusão de tecnologias assistivas no processo de ensino e aprendizagem de pessoas com deficiência visual no Brasil no contexto do Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 4.	2021	Tecnologia, Educação Inclusiva e Desenvolvimento sustentável
PEIXOTO, Régis Nepomuceno	O uso de tecnologias assistivas no processo de inclusão escolar: os professores e a escola.	2018	Tecnologia e Educação Inclusiva
CASTELLAN, Lucas Borges	Proposta de um robô assistivo para pessoas idosas.	2018	Tecnologia, automação, saúde, psicologia

Fonte: elaborada pela autora.

A relevância do tema é percebida nas publicações que são desenvolvidas no programa, apresentar-se não só na linha educacional como na computacional no que se refere às TICs.

1.5 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A construção da dissertação é composta de capítulos que se estrutura da seguinte forma:

Primeiro Capítulo – **Introdução**: Contextualização e problema de pesquisa, Justificativa, Objetivos, Interdisciplinaridade e aderência ao Programa de Pós-graduação e Estrutura da dissertação.

Segundo Capítulo – **Fundamentação Teórica**: Deficiência – conceitos e perspectivas, Processo de inclusão e a educação, Ações afirmativas no Brasil e a Pessoa com deficiência, Fadiga de Acesso, Inclusão na ótica das Tecnologias

Assistivas e Tecnologia Assistiva no Ensino Superior.

Terceiro Capítulo – **Metodologia**: Protocolo e Revisão de Escopo.

Quarto Capítulo – **Resultados e discussões**: Legislações Apontadas nos estudos; limitações e Privilégio de Acesso.

Quinto Capítulo – **Considerações Finais**: Conclusão do trabalho e as indicações de trabalhos futuros.

Enfim, são elencadas as referências bibliográficas que fundamentam a dissertação e os apêndices A e B.

Figura 1 - Estrutura da dissertação



Fonte: Elaborada pela autora

Descrição: Figura de um fluxograma. No cabeçalho, está o título: Figura 1 - Estrutura da dissertação. Ao centro, caixa de texto, em tracejado de cor lilás com texto em letras de cor , está escrito: Da fadiga de acesso à tecnologia assistiva: uma revisão de escopo; canto superior esquerdo ligado por uma linha azul à figura central, caixas de texto com fundo azul, texto em letras de cor preta, está escrito: Introdução. Ligado a caixa de texto azul, caixas com fundo preto e letras brancas, está escrito: (Contextualização) (Justificativa)(Objetivos)(Questão da pesquisa); Canto superior direito ligado por uma linha verde à figura central, caixa de texto com fundo verde com letras em cor preta, está escrito: fundamentação teórica; ligado a caixas de texto pretas com texto em letra branca, está escrito: (Deficiência – conceitos e perspectivas) (Processo de inclusão e a educação) (Ações afirmativas no Brasil e a Pessoa com deficiência) (Fadiga de Acesso) (Inclusão na ótica das Tecnologias Assistivas) (Tecnologia Assistiva no Ensino Superior); Canto inferior esquerdo ligado a figura central por linha cinza, caixa de texto com fundo cinza, texto em letra preta, está escrito: Resultados e discussões. Ligado à caixa cinza, caixas de texto em fundo preto com letras brancas, está escrito: (Resultado da pesquisa)(Conclusão da revisão de escopo); ao centro inferior, caixa de texto em fundo vermelho ligado por linha vermelha a caixa central, texto escrito com letras brancas, está escrito: Considerações finais. Ao canto inferior direito ligado à caixa central por uma linha lilás, caixa de texto com fundo em cor lilás, texto em letra preta, está escrito: metodologia, ligado por caixas de texto com fundo em cor preta, com letras brancas, está escrito: (Protocolo) (Revisão de escopo). Ao final da imagem está escrito: Fonte:

Elaborada pela autora⁵.

⁵ A descrição de imagem foi feita conforme orientações do Guia de descrição de imagem para acessibilidade digital. Senado Federal, disponível em: https://intranet.senado.leg.br/noticias/copy2_of_tinywow_GuiadeDescriondeImagensparaAcessibilidadeDigitalpdf_13599588.pdf

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Exigimos que tudo que se refira a nós seja produzido com a nossa participação. Por melhores que sejam as intenções das pessoas sem deficiência, dos órgãos públicos, das empresas, das instituições sociais ou da sociedade em geral, não mais aceitamos receber resultados forjados à nossa revelia, mesmo que em nosso benefício (Sassaki, 2007, p.8).

Ao longo da fundamentação teórica será possível compreender quão forte é a reivindicação das pessoas com deficiência para garantir sua participação ativa, exigência legítima que busca uma transformação social emancipadora e não tutelar. Nesta perspectiva, buscaremos o diálogo com pesquisadores/as com deficiência para um diálogo profundo e transformador e que possam criar confluência de saberes.

Apresentar-se-á alguns dos principais conceitos e reflexões relacionadas aos temas presentes neste estudo. Iniciando com a conceituação de deficiência e as principais perspectivas que giram em torno de sua compreensão. Seguiremos na análise deste conceito na área da educação. Por fim, seguiremos no debate a respeito de deficiência e as tecnologias sociais com ênfase na Tecnologia Assistiva.

2.1 DEFICIÊNCIA: CONCEITOS E PERSPECTIVA

2.1.1 Modelos de deficiência

Inicialmente, é importante observar que no tema deficiência, é fundamental observar em qual perspectiva apresenta-se o conceito, pois ele dialoga com uma abordagem marcada por seu contexto socioterritorial e seu tempo histórico.

Ao longo da história, a relação do corpo com os fatores sócio-históricos direciona a relação com sua época e território. Sendo assim, a representação dada às pessoas com deficiência exprime os mecanismos de controle, como podemos observar a partir dos estudos de França (2014):

Quadro 2 - Deficiência ao longo da história

Antiguidade Grega	Os corpos eram examinados em sua estrutura física e funcionalidade avaliados por seu valor para as guerras. O infanticídio maior indício de como a deficiência era tratada. Restrição política.
Idade Média	Centrado no poder da igreja, relação corpo e alma. Deficiência como consequência das condições da alma, impureza, pecado, ação demoníaca ou rejeição divina.
Idade moderna	Desenvolvimento do conhecimento médico. Racionalização(XVI) e sistematização(XVIII).
Idade contemporânea	Saber biomédico e a ideologia da Normatização. Responsáveis pela explicação do funcionamento do corpo e do tratamento de suas imperfeições e males.

Fonte: elaborada pela autora.

O processo sócio-histórico demonstra o tratamento dado às pessoas com deficiência ao longo dos séculos, que vai desde o extermínio total até sua possibilidade de coexistir, pois esse existir foi marcado pela condenação religiosa e o resultado foi a rejeição social ao longo dos tempos.

Consequência deste percurso, a inclusão ou exclusão dos corpos e sua relação com a sociedade culminaram no paradigma da institucionalização da pessoa com deficiência. Arrancadas do meio social, as pessoas com deficiência foram segregadas e mantidas em isolamento, em instituições e/ou escolas especiais (França, 2014).

Na obra “Os Anormais” (1974-75; 2001) Foucault analisa o discurso da instância de poder, seja político, médico ou jurídico, no que tange aos debates sobre deficiência na Idade Média e à abertura do século XX. O poder, à época, fundamenta seu discurso na compreensão desqualificante do sujeito “anormal”, transgressor da lei e da “normalidade”. Dentre a tipografia de anormalidade, “o monstro humano” é uma construção jurídica, pois viola a lei da sociedade e da natureza, socialmente evidenciado por sua excepcionalidade. Vale destacar que há uma diferenciação entre “enfermidade” e “monstruosidade”, que dialoga com a percepção de lei terrena e divina. Sendo assim, a enfermidade é normalizada e regulada pelo direito, já a monstruosidade não. Neste contexto, as pessoas com deficiência são jogadas à margem dos direitos, excluídas e segregadas do sistema jurídico (Barbosa-Fohrmann, 2017).

O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir (Foucault, 1999, p.8).

A institucionalização dos corpos é um *fenômeno* social e relaciona-se com o valor social dos corpos e sua capacidade de produção do capital. A construção das relações pautadas na relação de poder, fomenta o movimento de exclusão e segregação de determinados grupos sociais, o que foi possível perceber no caso das pessoas com deficiência ao longo do tempo. Do infanticídio ao cárcere, romper com essa cultura social é pôr em pauta a relação de poder sobre os corpos. Desde a construção do conceito de deficiência que passa por diversas transformações ao longo do tempo, podemos perceber que sua construção se relaciona com a forma como o corpo deve ser aceito ou não em determinado contexto social.

Diniz (2007) nos apresenta algumas das principais perspectivas sobre o conceito de deficiência:

- **Modelo Biomédico:** Deficiência é consequência natural da lesão em um corpo, e a pessoa deficiente deve ser objeto de cuidados biomédicos. Saberes focados nos conhecimentos médicos, psicológicos e de reabilitação, com foco em catalogação e definição de restrições de cunho biológico.
- **Modelo Social:** Conceito complexo que reconhece o corpo com lesão, mas que também denuncia a estrutura social que oprime a pessoa deficiente. Assim como outras formas de opressão pelo corpo, como o sexismo ou o racismo, os estudos sobre deficiência descortinaram uma das ideologias mais opressoras de nossa vida social: a que humilha e segrega o corpo deficiente.

Diante dos debates recentes a respeito das concepções sobre o conceito de deficiência a Classificação Internacional da Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) propõem uma aproximação entre os modelos médico e social:

- **Modelo Biopsicossocial:** entende a funcionalidade e a incapacidade (*disability*) como categorias multidimensionais que são interativas, porque relacionam as funções e as estruturas do corpo das pessoas com as atividades ou tarefas que as pessoas fazem em todas as áreas da vida e

também com os fatores do meio-ambiente ou os contextos sociais nos quais as pessoas vivem, trabalham, se movimentam (Garcia, 2017, p. 31).

Segundo Diniz (2007, p.19), “a deficiência passou a ser um conceito político”. Portanto, as definições e conceituações das políticas públicas para pessoas com deficiência encontram-se na disputa política por um projeto societário, numa dinâmica de disputa de forças e narrativas, numa lógica dialética de contraposição de forças e interesses.

Evidencia-se, então, que não é mera expressão, romper com expressões que reforçam o estereótipo negativo como, termos: aleijado, mudinho, inválido, especiais, necessidades especiais, incapaz, portador de necessidades especiais, entre outros, é colocar em jogo a libertação dos estigmas históricos, é o poder público dialogando com a voz e as reivindicações da sociedade, em especial, dos movimentos sociais das pessoas com deficiência para propor bases norteadoras (Farias, Buchalla, 2005).

2.1.2 Teorias críticas e epistemológicas

As concepções e conceitos são de extrema relevância, pois norteiam a construção de políticas públicas (Barnes; Mercer; Shakespeare, 1999 *apud* Nepomuceno; Assis; Carvalho-Freitas, 2020). A Liga dos Lesados Físicos Contra a Segregação (Upias), principal movimento político das pessoas com deficiência do Reino Unido da década de 1960, liderado por Paul Hunt, deficiente físico, sociólogo que trouxe ao debate relevantes contribuições no campo político e intelectual fomentando uma mudança conceitual e gramatical da deficiência, redefinindo este a partir da exclusão social, problematizando o modelo médico e trazendo a proposta de modelo social (Diniz, 2007).

Já na década de 70, na Suécia e na Grã-Bretanha usaram a diferença entre deficiência e incapacidade. “Deficiência” foi usada em condição individual, e “Incapacidade” foi usada para estruturas opressivas na sociedade. Atualmente, usa-se o termo “*funktionsnedsättning*” (redução funcional) para se referir à condição individual e “*funktionshinder*” para se referir às estruturas sociais na Suécia, devido à conotação negativa sobre o termo deficiência. Na contramão, países como Dinamarca não adotaram diferenciação conceitual, usando ainda o termo como *vanfør* (aleijado), já na Noruega, a utilização de *handicap* (desvantagem). O ativismo das pessoas com

deficiência e de teóricos traz a proposta como o termo “funcionalidade que quebra normas” (*normbrytandefunktionalitet*), os britânicos usaram “dis/capacidade” para deixar claro que deficiência e capacidade devem ser entendidas uma em relação à outra (Karlsson; Rydstrom, 2023).

Mello, Nuernberg e Block (2014) nos alertam a respeito da tradução de palavras como *disability/dispacidad*, dos documentos importantes como a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), para Deficiência ou Incapacidade. Seu significado relaciona-se na tradução com “discapacidade”, em português. Não tendo relação conceitual com deficiência e incapacidade. Contudo, considerando que os documentos oficiais brasileiros usam na tradução a palavra deficiência, usaremos a mesma lógica.

A perspectiva que rompe o binômio “normal x anormal”, “deficiente ou não-deficiente”, vai além e propõe refletir sobre a possibilidade de existir em uma sociedade em construção que pode mudar e criar recursos que dê plenas condições de existência na potência que a vida humana é, respeitando sua diversidade funcional. A anormalidade constitui-se no corpo a partir do estético e numa visão moral, só sendo possível em contraposto ao dito normal (Diniz, 2007).

Segundo Foresti e Bousfield (2022) as teóricas críticas da deficiência são compreendidas em duas gerações:

1ª geração: surgiram das décadas de 1960 à 80 por meio do movimento das minorias e a luta por igualdade de direitos humanos; têm como referência os estudiosos Paul Hunt, Michel Oliver, Paul Annerley e Vic Finkelstein. Pautado na crítica na abordagem individual e com finalidade de discutir as limitações sociais para além das questões médicas, problematizando assim, as desvantagens da deficiência que resultava mais das barreiras sociais do que das lesões;

2ª geração: de meados de 1990 e 2000 a partir da perspectiva feminista e pós-moderna, a deficiência passa a ser considerada como uma categoria identitária, assim como raça, classe social e gênero, entre outras. Traz ao debate aspectos da experiência do cuidado e os papéis de gênero no tocante às pessoas com deficiência. O conceito de interdependência e cuidado são centrais no debate desta geração.

Rejeitando o binarismo e as hierarquias que envolvem a compreensão de deficiência, os avanços nos debates e o protagonismo das pessoas com deficiência emerge a Teoria CRIP, que reivindica o direito de nomear a si mesmo, colocando em xeque categorias capacitistas, incapacitando a normalidade, a partir da análise das

relações sociais e interseccionalidade em sociedades contemporâneas. Emergindo dos estudos feminista sobre deficiência e da Teoria QUEER (Teoria Transviada) que questiona a normalidade (Karlsson; Rydstrom, 2023).

Segundo Amato, Carvalho e Gesser (2022) as teorias Transviado e Aleijada surgem na contramão epistêmica da concepção de sujeito universal e normativo e reivindica a subjetividade social, histórica e política que os marcadores de gênero, sexualidade, raça e deficiência (entre outros) se subscrevem nos corpos.

Não é o objetivo do estudo neste momento aprofundar nas referidas teorias, mas vale destacar que tanto a Teoria QUEER e Teoria CRIP reivindicam a virada linguística em suas trajetórias analíticas, uma pauta no questionamento racial de identidades fixas e categorização, a outra na luta para nomear a si mesmo. (Karlsson; Rydstrom, 2023)

[...] não bastava apenas segregá-las, era preciso convencer toda a sociedade quanto à legitimidade desse seu interesse específico. No intuito de convencer a todos que a segregação era benéfica aos indivíduos com deficiência, intelectuais orgânicos da classe dominante formularam e difundiram a ideia de que essas pessoas eram anormais e, por isso, precisavam ser internadas em instituições especializadas. Difundidas por todo o tecido social, essas ideias foram se reproduzindo na sociedade (Pina, 2010, p. 132).

Vale pontuar teorias que reivindicam o posicionamento de termos ora considerados pejorativos e ressignificados; assim, propõem uma rachadura no sistema normativo por meio de crítica ao sistema de opressão. Essas teorias vão além do modelo médico e social da deficiência, tais como a teoria CRIP (aleijado) retoma propositalmente o termo pejorativo e subversivo que engaja o aleijado contra a normatização, por meio da crítica aos sistemas opressivos (Mello; Aydos; Schuch, 2022).

Segundo o dicionário de língua portuguesa, normalidade é característica do que é permitido, que é aceito pela sociedade. Sendo assim, enquanto sociedade construímos a ideia dos padrões que aceitamos como bons, bonitos, corretos, sejam os corpos, funcionalidades ou capacidades. O lugar que ocupa o não padrão é a sobrecarga de tentar encaixar sua diferença em moldes que não cabem. Esta relação individualiza a deficiência, deixando a cargo da pessoa que vive as barreiras sociais, fazer individualizado na busca pelo acesso. Uma lógica capacitista que resulta na exaustão para o acesso e, assim, uma sobrecarga da pessoa com deficiência para se adequar aos ambientes não acessíveis. Consequentemente, as instituições seguem

a mesma lógica, resultando assim uma consolidação do privilégio de acesso, ficando quase sempre a cargo da pessoa com deficiência lutar por este acesso.

Sassaki (2002) sinaliza os tipos de barreiras para a acessibilidade no processo de inclusão, sendo: Atitudinal, arquitetônica, comunicacional, instrumental, metodológica e programática. A amplitude do campo de transformação social para inclusão, requer um conjunto de ações articuladas para acessibilidade, pois ter acessibilidade arquitetônica não inibe a ausência de acessibilidade atitudinal e vice-versa. Sendo assim, requer uma sociedade mais justa e acessível, que contemple a pluralidade de corpos, de forma que rompa com a normatização hegemônica.

Faz-se necessário romper com a lógica individualizada, especificada, e pautada na mudança apenas quando evoca recursos de acessibilidade, considerando ainda os padrões normativos que colocam o “desvio” como argumento para mudança. Mello, Aydos e Schuch (2020) propõem a “ideia de uma contra-acessibilidade, isto é, formas ampliadas de pensarmos a interação e as práticas de transformação da relação entre indivíduo e sociedade” (p.5), calçada na pluralidade como alavanca de transformação e no reconhecimento das diferentes formas de existir.

Entre as teorias apresentadas, dialogaremos com os Estudos sobre deficiência, uma vez que essa abordagem nos convida a compreender a temática a partir de um discurso positivo, percebendo a deficiência além da restrição ou limitação, o Modelo Social da Deficiência avança em relação à lógica biomédica de catalogação dos corpos. Não se nega a sua importância ou seus avanços na área de medicina/saúde em prol das pessoas com deficiência, mas avançar para compreender os efeitos das barreiras construídas sociais é urgente e necessário.

Nesta pesquisa o compromisso assumido é pensar a temática a partir de um diálogo interdisciplinar, multifatorial e interseccional que nos possibilite pensar as tecnologias como recurso possível para potencializar as possibilidades de viver plenamente, não perdendo de vista a articulação com categorias como gênero, orientação sexual, classe, raça/etnia, território, entre outras.

2.1.3 Aplicações em políticas públicas e Tecnologia Assistiva

O avanço no debate a respeito da classificação de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde em nível global teve a Organização Mundial da Saúde (OMS)

como impulsionador. Este debate é relevante devido às suas implicações em políticas públicas.

No Brasil, o dilema da conceituação e terminologias relacionadas à deficiência também é tema de estudos. Segundo Amiralian *et al.* (2000), problematizar a imprecisão dos conceitos em sua relação internacional, cuja relação conceitual de deficiência, incapacidade e desvantagem é debatida e explanada a partir das publicações do Secretariado Nacional de Reabilitação da Organização Mundial da Saúde. É necessário, para resgatar seus significados históricos e contextuais, auxiliando assim na superação de mal-entendidos entre profissionais, possibilitando a utilização de uma linguagem mais específica, melhorando o fluxo de troca de informações nos diferentes campos, seja pesquisa ou planejamento de ações.

As autoras apresentam em seu estudo as distinções semânticas entre os conceitos Deficiência, Incapacidade e Desvantagem, como demonstrado na figura abaixo:

Figura 2 - Distinção semântica entre os conceitos

Deficiência	Incapacidade	Desvantagem
Da linguagem Da audição (sensorial) Da visão	De falar De ouvir (de comunicação) De ver	Na orientação
Músculo-esquelética (física)	De andar (de locomoção) De assegurar a subsistência no lar (posição do corpo e destreza)	Na independência física Na mobilidade
De órgãos (orgânica)	De realizar a higiene pessoal De se vestir (cuidado pessoal) De se alimentar	Nas atividades da vida diária
Intelectual (mental) Psicológica	De aprender De perceber (aptidões particulares) De memorizar De relacionar-se (comportamento) De ter consciência	Na capacidade ocupacional Na integração social

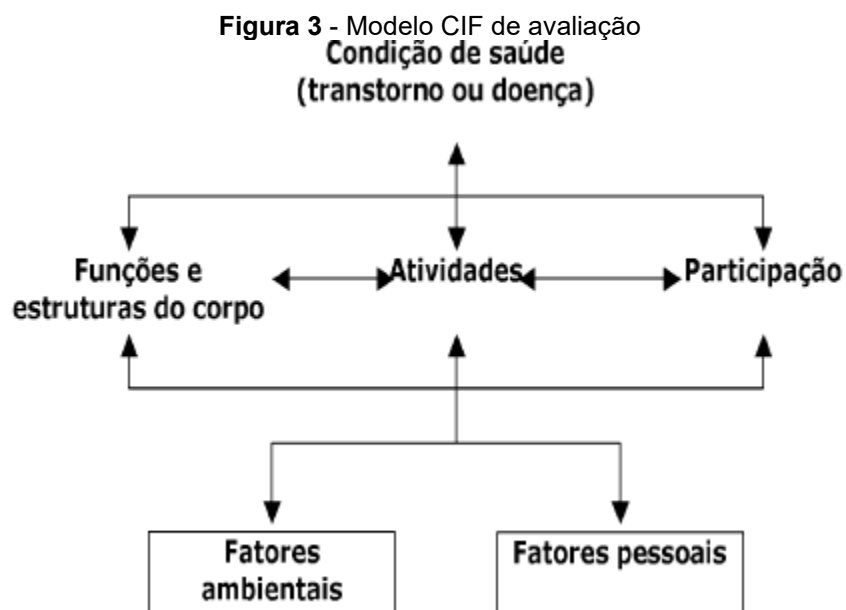
Fonte: Amiralian *et al.* (2000)

A figura acima demonstra como o Manual de Classificação das Consequências das Doenças – Classificação Internacional das Deficiências, Incapacidades e Desvantagens (*handicaps*) – CIDID (1989) adotou estratégias na utilização de palavras para designar Deficiência (Adjetivo ou substantivo), Incapacidade (verbo no infinitivo) e Desvantagem (um dos papéis de sobrevivência no meio físico e social). A discussão terminológica é relevante, pois representa como a sociedade vê as pessoas com deficiência. Destaca-se que este modelo descreve as condições decorrentes da doença, numa perspectiva linear de Doença → Deficiência

↳ Incapacidade ↳ Desvantagem. Problematicou-se essa perspectiva, considerando que cada condição não tem prerrogativas entre si (Amiralian *et al.*, 2000).

O CIDID passa por revisão e, em 2001, torna-se Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), que vem da tradução de *International Classification of Functioning, Disability and Health (ICF)*. Trazer as definições e classificações são importantes para compreensão de fatores que envolvem a criação de legislações e políticas públicas, logo, a ideia de uma linguagem padronizada e a descrição de um modelo a ser seguido por profissionais de diversas áreas. Mesmo com intuito de integração entre setores sociais, saúde e pedagógico, a adoção da CIF, traz desafios como o papel biopsicossocial e do significado e implicações do seu uso para criar estratégias de codificação para cruzamento de dados (Farias, Buchalla, 2005)

Os autores apresentam o atual modelo para avaliação vinculado à CIF:



Fonte: Farias; Buchalla, 2005.

Descrição: Figura do fluxograma. No cabeçário está escrito: Figura 2 Modelo CIF de avaliação. Ao centro está escrito: Atividade. Conectado por setas de duplo sentido as palavras, canto central superior, está escrito: Condições de saúde, entre parênteses está escrito: Transtorno ou doença. Ao lado esquerdo está escrito: Funções e estruturas do corpo. Ao lado direito está escrito: Participação. Canto inferior esquerdo está escrito: Fatores ambientais. Canto inferior direito está escrito: Fatores pessoais. Ao final da imagem está escrito: Fonte: (Farias, Buchalla, 2005).

Compreender o modelo CIF é importante, pois neste modelo são realizadas as avaliações das condições das pessoas com deficiência em setores como saúde, educação, previdência social, estatística, além de ser recurso utilizado na concessão de benefícios assistenciais e previdenciários. Eles são avaliados por meio de critérios estabelecidos pelos instrumentos que preveem fatores ambientais, funções e estruturas do corpo e atividades e participação.

Por vezes, a forma de avaliação entre órgãos governamentais e sistema judiciários para avaliação, em favor das pessoas com deficiência, pode incorrer em divergência devido aos instrumentos de avaliação utilizados, sendo assim, a partir de 2 de março de 2026 fica definido, por meio da Resolução nº 630, de 29 de julho de 2025/ Conselho Nacional de Justiça, a utilização do instrumento unificado de avaliação biopsicossocial (Brasil, 2025), medida consonante com a exigência de avaliação biopsicossocial prevista no Estatuto da Pessoa com deficiência, pautado na análise multiprofissional e interdisciplinar (Brasil, 2015).

Os debates pautados pelo movimento social e os teóricos culminam na construção de norteadores a nível internacional:

- *ONU*: aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas.
- *International Classification of Impairments, Disabilities, and Handicaps* (ICIDH): perda ou anormalidade de estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, temporária ou permanente. Incluem-se nessas a ocorrência de uma anomalia, defeito ou perda de um membro, órgão, tecido ou qualquer outra estrutura do corpo, inclusive das funções mentais. Representa a exteriorização de um estado patológico, refletindo um distúrbio orgânico, uma perturbação no órgão.

Vale destacar que a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência das Nações Unidas inclui a deficiência como área integrante de Sistema de Garantia dos Direitos Humanos - SGD. A inclusão encontra-se na Agenda 2030 da ONU, com aspecto fulcral, na promoção ao respeito pelos direitos humanos, pela igualdade e pela não discriminação.

2.2 PROCESSO DE INCLUSÃO E A EDUCAÇÃO

A luta pelo direito à educação no Brasil é tema já consolidado nos debates acadêmicos. Não só a mera educação instrutiva, mas uma educação transformadora e emancipadora, romper os grilhões do capacitismo é o desafio cotidiano das pessoas com deficiência e as ações afirmativas vêm para contribuir para mudanças significativas neste contexto social.

Klazura e Fogaça (2021) debatem e apontam que na educação um dos primeiros amparos legais foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1961, indicando o atendimento educacional na modalidade de educação especial, ainda neste período considerado como "excepcional"⁶. Ao longo dos anos, muitas foram as construções de aparato legal e instrumental para o processo de inclusão no espaço educacional.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (Brasil, 2008) é um dos amparos legais para o processo inclusivo no âmbito educacional. O país, ao assumir o compromisso internacional com a inclusão, também possibilitou amparar as reivindicações locais, por parte dos movimentos sociais.

A Convenção sobre as Pessoas com Deficiência, ocorrida em Nova Iorque no ano de 2007, organizada pela ONU, é um dos marcos no reconhecimento, que a Deficiência é um conceito em evolução e resulta das barreiras vividas pelas pessoas com deficiência, junto ao ambiente e às atitudes que impedem a plena e efetiva participação com igualdade de oportunidade por todos.

Grandes são os desafios para as pessoas com deficiência sobreviverem ao longo dos anos, numa sociedade forjada à normatização que coloca a vida num modelo conveniente aos moldes do capitalismo desenfreado, cujos determinados corpos normativos são mais ou menos aceitos para fazer parte deste ambiente. Ademais, nos alerta Gesser, Block e Mello “o capacitismo também tem relação com o aperfeiçoamento do sistema capitalista, à medida que há o estabelecimento de um ideal de corponormatividade que corrobora com a manutenção e aperfeiçoamento desse sistema econômico” (p. 18, 2021).

O acesso ao ensino básico em escolas regulares foi uma das principais conquistas e desafios em prol da inclusão. Rompendo com a ideia de educação

⁶ Termo em desuso.

segregacionista para um modelo educacional inovador, em construção no país, por meio da criação de recursos educacionais que potencializam as trocas e construção de conhecimento considerando um espaço diverso cujo ambiente educacional favorece as pessoas com deficiência a terem o direito de convivência social e educação regular.

Romper com a ordem social vigente é um convite para o engajamento na cultura do acesso para pessoas com deficiência, possibilita combater estruturas opressoras forjadas no capitalismo neoliberal, que coloca o capacitismo como barreira, seja nas construções de respostas rápidas, hiperprodutividade, excesso de trabalho e produções acadêmicas apressadas (Fritsch, 2024).

2.3 AÇÕES AFIRMATIVAS NO BRASIL E A PESSOA COM DEFICIÊNCIA

As sociedades em geral constituem-se por fases no que tange às práticas sociais, seja para excluir sujeitos aos moldes de um modelo aceito socialmente, seja para incluir por meio de transformação das próprias práticas, segundo Sassaki (1997). Essas fases são notórias ao perceber a mudança de nomenclatura ao longo dos anos para referir-se às pessoas com deficiência como atípicas, outrora chamadas de pessoas com necessidades especiais ou portadoras de necessidades especiais. A terminologia utilizada retrata a percepção social a respeito dos sujeitos e seu papel social em determinado momento histórico.

O que acarreta também a formulação de políticas públicas, apoiada em ideia de proteção e cuidado que podem não garantir meios de emancipação. O movimento internacional pela luta das pessoas com deficiência propôs avanços que foram ratificados no Brasil propostos pela “Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência” (1999), tornando-se Decreto Federal nº 3.956/2001 como recurso para enfrentar a discriminação (Brasil, 2001).

Dito isso, provoço a reflexão sobre como as políticas públicas pautadas na equidade podem reverberar num movimento de transformação social. Um excelente exemplo são as Políticas de Ações Afirmativas,

as ações afirmativas podem ser definidas como um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero, por deficiência física e de origem nacional, bem como para corrigir ou mitigar os

efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego (Gomes, 2001, p. 135).

As Ações Afirmativas, também conhecidas como Lei de Cotas, são uma demonstração de mudança de postura do Estado ao reconhecer que fatores que provocam vulnerabilidade social como raça, deficiência, sexo, entre outros, não podem ser apenas enfrentados pela eliminação, faz-se necessária a reparação histórica pela reafirmação de novos horizontes para aqueles que viveram segregação sistemática por meio do Estado. O reconhecimento da luta coletiva dos movimentos sociais é fundamental para os nortes que as políticas sociais ganharam após a constituição cidadã de 1988.

Em 2023, tivemos a revisão na Lei de Cotas no Brasil, que culminou na alteração dos critérios para acesso ao ensino superior público brasileiro com alterações como reserva para baixa renda e inclusão dos quilombolas, indígenas e negros, contudo, vale destacar que a lei acima citada não foi a primeira lei de cotas no Brasil. A Lei 5.465/1968, que perdurou até 1985, conhecida como a Lei do Boi, foi a primeira reserva de vaga em universidade que garantia aos filhos de fazendeiros (majoritariamente pessoas brancas e não-deficientes), criando assim, mais um mecanismo de privilégio para determinados grupos sociais, excluindo assim negros, pobres e grupos vulneráveis (Brasil, 1968). A ambiguidade presente nestes dois momentos históricos, revela que o Estado ao longo do tempo teve posicionamento para quais corpos importam e quais precisam lutar para não serem exterminados.

Considera-se que o movimento em prol da inclusão das pessoas com deficiência no Brasil ganhou relevância a partir da década de 1980, impulsionando avanços e marcos internacionais nas décadas seguintes. No âmbito legislativo nacional, destaca-se inicialmente a promulgação da Lei nº 8.213/1991, que instituiu a reserva obrigatória de vagas no mercado de trabalho para pessoas com deficiência. Posteriormente, a Lei nº 10.048/2000 estabeleceu o direito a atendimento prioritário para esse público (Brasil, 2000). Já em 2012, a Lei nº 12.711 (Lei de Cotas) regulamentou o acesso às universidades públicas federais, mas, à época, não incluiu as pessoas com deficiência como beneficiárias dessa política (Brasil, 2012). Essa lacuna foi endereçada pela aprovação da Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015), que consolidou os direitos das pessoas com deficiência e serviu de base para a promulgação da Lei nº 13.409/2016 (Brasil, 2016), a qual efetivamente assegurou a

reserva de vagas nas instituições federais de ensino superior para esse grupo. Ao observarmos o censo universitário de 2011 a 2021 feito pelo INEP é possível perceber que ainda tem muito trabalho pela frente para inclusão das pessoas com deficiência nas universidades, considerando que menos de 1% deste público está nas universidades. Segundo dados do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania obtidos na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), Pessoas com Deficiência 2022:

As pessoas com deficiência estão menos inseridas no mercado de trabalho, nas escolas – e, por consequência, tem acesso a renda mais dificultado. Segundo o levantamento, a taxa de analfabetismo para pessoas com deficiência foi de 19,5%, enquanto para as pessoas sem deficiência foi de 4,1%. A maior parte das pessoas de 25 anos ou mais com deficiência não completaram a educação básica: 63,3% eram sem instrução ou com o fundamental incompleto e 11,1% tinham o ensino fundamental completo ou médio incompleto. Para as pessoas sem deficiência, esses percentuais foram, respectivamente, de 29,9% e 12,8%. Enquanto apenas 25,6% das pessoas com deficiência tinham concluído pelo menos o Ensino Médio, mais da metade das pessoas sem deficiência (57,3%) tinham esse nível de instrução. Já a proporção de pessoas com nível superior foi de 7,0% para as pessoas com deficiência e 20,9% para os sem deficiência (IBGE, 2023).

O acesso de Pessoas com Deficiência ao ensino superior é consequência de uma trajetória histórica na luta pela dignidade e pertencimento ao convívio social como sujeitos de potencialidades, pois não é o corpo que descapacita, é a construção social que o faz, como nos aponta a pesquisadora Anahí Guedes de Mello. Os Direitos Humanos vêm garantir os princípios de igualdade e as condições que trazem dignidade a todos. Na contemporaneidade a equidade entra como recurso que busca na diferença as condições para inclusão. A convenção dos direitos da pessoa com deficiência (2006) nos orienta a pensar a partir da diferença para garantir as condições de igualdade equânime.

2.4 FADIGA DE ACESSO

[...] estou pensando em como tive que pedir cópias eletrônicas do mesmo colega duas ou três vezes na última semana. em pensar se existe uma maneira de ser mais transparente ou mais útil na minha comunicação. Isso me faz sentir exausto. Já me repeti três, quatro, cinco vezes e ainda parece que estou trabalhando contra o modo dominante de operação e ainda sou responsável por constantemente criar estratégias maneira de conseguir o que preciso (Konrad, 2018, p. 155, tradução nossa).

Os estudos da deficiência e os estudos retóricos têm analisado as dimensões que envolvem a experiência da deficiência, no que tange às dimensões materiais, sociais e emocionais. O contato com as consequências vividas aos moldes das ideias normativas e deficitárias fornece evidências para compreensão a respeito do processo enfadonho de responsabilização individual para o acesso, vivido pelas pessoas com deficiência, fenômeno denominado como *Fadiga de Acesso* (Konrad, 2024).

A fadiga de acesso descreve as consequências vivenciadas de uma lógica de responsabilidade individual pela defesa dos direitos das pessoas com deficiência. Em outras palavras, a fadiga de acesso é uma consequência do peso retórico interno e externo que os indivíduos com deficiência suportam para constantemente levar as pessoas à co-construção do acesso e da inclusão (Konrad, 2024, p. 29, tradução nossa).

O conceito fadiga de acesso é construído a partir dos estudos da deficiência e da retórica, que aponta o cansaço resultante da necessidade de repetição e circulação retórica para o acesso. Destacando-se que o movimento retórico de indivíduos cujos corpos diferenciam-se da norma branca, masculina e não-deficiente, ditos corpos normativos, vivem uma carga maior no movimento retórico, especialmente quando a identidade de deficiente se sobrepõe a uma identidade racial e/ou gênero marginalizado (Caputo, 2024).

Para compreender o processo nomeado como Fadiga de Acesso é necessário lançar luz ao contexto das pessoas com deficiência ao longo da história, feito isso, temos a herança socio-histórica que nos remete as barreiras enfrentadas para acessibilidade, na atualidade. Sendo assim, estas persistem em parte porque depende individualmente de cada pessoa romper com o pacto da normalização da vida. As mudanças estruturais só ocorreram quando partirmos das mudanças individuais que fomentam a transformação coletiva, sendo assim, impulsionando a construir de uma mentalidade acessível. As leis só geram potência de mudança em ambientes férteis, pois somos nós operadores nestes recursos de transformação. Fazer valer os mecanismos legais em prol das pessoas com deficiência, é romper com os privilégios de quem não precisa viver o cansaço em seu acesso aos recursos básicos para uma vida digna (Willers, 2025).

Gesser *et al.* (2024), ao debater a fadiga de acesso, na pesquisa ‘Capacitismo, deficiência e intersecções na educação: um olhar para as trajetórias educacionais’, têm como objetivo estudar as implicações do capacitismo nas trajetórias educacionais de mulheres negras com deficiência, observar outras camadas além dos fatores

relacionais, complementam a análise indicando o processo de responsabilização individual e a necessidade de uma análise interseccional. Também contextualiza a relação capitalista neoliberal e suas implicações na responsabilização de forma individual das pessoas com deficiência.

Konrad (2021) aponta que a Tecnologia Assistiva se localiza nos eixos de opressões e providências, assim como raça, gênero, entre outros marcadores sociais da diferença. Pela presença ou ausência, a construção da ideia de acessibilidade por meio do uso destes tipos de recursos pode gerar impacto no acesso, pois no cenário de “supermacia das pessoas sem deficiência”, quaisquer instrumentos de acessibilidade, sejam uma bengala ou um *software*, passam no crivo da aceitação.

A problemática destacada por Konrad mobiliza no debate da Tecnologia Assistiva e a própria ideia de acessibilidade. Há um deslocamento na ideia de acessibilidade e dos recursos que dela provêm, pois eles devem atender aos princípios de equidade e valorização da diferença e não à busca incessante de normalidade.

Ao criarmos uma Tecnologia Assistiva, qual é nossa matriz de referência? Corpos normativos? A utilização de Tecnologia Assistiva, por si só, pode de fato prover autonomia? O que norteia o debate é perceber que há uma interdependência⁷ entre as pessoas, pois são as relações que constituem a base da evolução humana.

Abreu *et al.* (2020, p. 8) afirmam que “Trabalhar com a noção de interdependência complexifica a dimensão coletiva. Impulsiona-nos a reflexionar sobre como estamos construindo esse fazer coletivo, fundamental para fortalecer práticas inclusivistas”. O processo de inclusão só ganha terreno fértil de fato quando pessoas com deficiência e sem deficiência pautam a partir da mesma matriz de pensamento: a potencialidade da diferença e sua interdependência.

Se usarmos como eixo central a interseccionalidade como recurso de análise, o resultado obtido irá dialogar com a realidade conjuntural das pessoas com deficiência no Brasil, por exemplo, mulheres, nordestinas, negras são pessoas que vivem a exclusão social em suas inúmeras dimensões.

Nesta perspectiva, como podemos pensar um projeto de justiça social que reconheça as interseções? Que dialogue com o cuidado mútuo. Que possa pensar a partir dos valores civilizatórios afro-brasileiro e reconheça que a maior parte da

⁷ Conceito pautado pela filósofa Eva Kittay, inaugurado a partir dos Modelo Feminista nos Estudos da Deficiência.

população de pessoas com deficiência é negra no Brasil. Que temos pessoas indígenas ou quilombolas com deficiência. Que somos diversos e plurais, seja na cidade ou nos campos, que sou porque nós somos, assim como a filosofia Ubuntu nos ensina. É reconhecer que só haverá inclusão de forma concreta quando as pessoas sem deficiência compreenderem que não são os principais agentes de transformação, porque somos a maior parte da sociedade.

2.5 INCLUSÃO NA ÓTICA DAS TECNOLOGIA ASSISTIVA

A abordagem interdisciplinar, multifacetada por serviços, recursos, métodos e estratégias torna a Tecnologia Assistiva recurso indispensável para promover inclusão em diversos espaços, em especial na educação.

Podemos então dizer que o objetivo maior da TA é proporcionar à pessoa com deficiência maior independência, qualidade de vida e inclusão social, através da ampliação de sua comunicação, mobilidade, controle de seu ambiente, habilidades de seu aprendizado e trabalho (BERSCH, 2017, p.02)

Governamentalmente no Brasil, avanços nas legislações corroboram para instituir um grupo técnico- CTA - Comissão de Ajuda Técnica, com objetivos de criar diretrizes:

As bases para formulação conceitual de Tecnologia Assistiva adotadas pelo CAT são: – Área do conhecimento – Interdisciplinaridade – Objetivos: promover a funcionalidade (atividade, participação) de pessoas com deficiência, mobilidade reduzida ou idosos, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. Composição: produtos, recursos, estratégias, práticas, processos, métodos e serviços – Considerar os princípios do Desenho Universal e da Tecnologia Social (Brasil, 2009, p. 16).

Entre os grandes desafios enfrentados na implementação desta política estão a adequação curricular, orçamento, diretrizes e o enfrentamento das barreiras estruturais da sociedade. Neste sentido, o Plano Nacional de Tecnologia Assistiva instituiu uma resposta apresentada pelo Comitê Interministerial de Tecnologia Assistiva (CITA) pelo Decreto 10.094/2019. Atendendo ao artigo 75 da Lei de Inclusão - 13.146/2015, no tocante a tecnologia assistiva:

Art. 74. É garantido à pessoa com deficiência acesso a produtos, recursos, estratégias, práticas, processos, métodos e serviços de tecnologia assistiva que maximizem sua autonomia, mobilidade pessoal e qualidade de vida.

Art. 75. O poder público desenvolverá plano específico de medidas, a ser renovado em cada período de 4 (quatro) anos, com a finalidade de: (Regulamento)

I - facilitar o acesso a crédito especializado, inclusive com oferta de linhas de crédito subsidiadas, específicas para aquisição de tecnologia assistiva;

II - agilizar, simplificar e priorizar procedimentos de importação de tecnologia assistiva, especialmente as questões atinentes a procedimentos alfandegários e sanitários;

III - criar mecanismos de fomento à pesquisa e à produção nacional de tecnologia assistiva, inclusive por meio de concessão de linhas de crédito subsidiado e de parcerias com institutos de pesquisa oficiais;

IV - eliminar ou reduzir a tributação da cadeia produtiva e de importação de tecnologia assistiva;

V - facilitar e agilizar o processo de inclusão de novos recursos de tecnologia assistiva no rol de produtos distribuídos no âmbito do SUS e por outros órgãos governamentais.

Parágrafo único. Para fazer cumprir o disposto neste artigo, os procedimentos constantes do plano específico de medidas deverão ser avaliados, pelo menos, a cada 2 (dois) anos (Brasil, 2015).

Com a promulgação da lei de inclusão o direcionamento dos recursos que devem ser desenvolvidos a nível nacional viabiliza o ponto de partida para garantia do direito à autonomia e desenvolvimento humano nas suas particularidades de cada pessoa.

Os recursos de tecnologia assistiva estão muito próximos do nosso dia-a-dia. Ora eles causam impacto devido à tecnologia que apresentam, ora passam quase despercebidos. Para exemplificar, podemos chamar de tecnologia assistiva uma bengala, utilizada por nossos avós para proporcionar conforto e segurança no momento de caminhar, bem como um aparelho de amplificação utilizado por uma pessoa com surdez moderada ou mesmo veículo adaptado para uma pessoa com deficiência (Manzini, 2005, p. 82).

Assim como Manzini (2005) nos alerta que a Tecnologia Assistiva está em nosso cotidiano desde equipamentos simples como uma bengala. Galvão Filho (2009) nos desperta a olhar as Tecnologias de Informação e Comunicação como aliadas na possibilidade de práticas inclusivas.

A presença crescente das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) aponta para diferentes formas de relacionamento com o conhecimento e sua construção, assim como para novas concepções e possibilidades pedagógicas (Galvão Filho, 2009, p. 207).

A OMS coloca a Tecnologia Assistiva como recurso fundamental para alcançar o direito à saúde com mais alto padrão. Isto posto, inclui-se no compromisso da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, onde o bem-estar e a cobertura universal de saúde são eixos centrais para o desenvolvimento global. A convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência elenca a Tecnologia Assistiva como

um direito humano.

No contexto brasileiro, o Sistema Único de Saúde (SUS) constitui o principal órgão governamental que disponibiliza recursos e serviços de TA. O cenário é complexo, pois o custo de acesso é alto, porque a produção nacional não atende toda a demanda, recorrendo assim à importação. A maior demanda vem de famílias de baixa renda (Calheiros; Mendes; Lourenço, 2018).

Ambos os recursos, tanto a Tecnologia Assistiva como as Tecnologias de Informação e Comunicação, mostram-se potenciais num diálogo para inovação na área de inclusão e acessibilidade. Por estarem pautadas na interdisciplinaridade, torna o alcance de inovação em patamares relevantes. Viabilizar o aprimoramento de recursos que atendam aos diversos corpos que deles precisem. Saindo de uma pauta coadjuvante e passando a ocupar o alicerce nos processos de desenvolvimento tecnológico.

Contudo, apontamentos importantes a respeito das Tecnologias da Informação e comunicação, assim como Tecnologia Assistiva precisam ser feitos para que problematize a ideia de recursos complementares e/ou para casos excepcionais:

Precisamos ver a tecnologia assistiva não como "diferente", mas como parte do tecido de como acessamos a informação, afastando-nos de ideias normativas sobre as relações entre capacidades físicas, informação e modos de receber informação (Konrad, 2018, p. 87).

Romper com a lógica normativa na construção de tecnologias pode propiciar a construção de recurso que reimagina os corpos, informações e meios para o acesso de uma forma que favoreça a diversidade, rompendo com a lógica de que a acessibilidade é um recurso extra e que por si só vai resolver os problemas oriundos da normatização. Perpassa colocarmos em pauta que a ideia de promover funcionalidade (ativa, participativa) está alicerçada em qual matriz de pensamento? Corpos sem deficiência. Se essa for a direção na construção da Tecnologia Assistiva, temos debates profundos para promover.

2.5.1 Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com deficiência

O primeiro Plano Nacional dos direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver Sem Limites foi lançado em 2011, em nível federal, com foco em ações de promoção à inclusão social nas áreas de educação, saúde, cidadania e acessibilidade.

O Decreto 11.793/2023 institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Novo Plano Viver Sem Limites, que tem como finalidade articular políticas públicas em prol das pessoas com deficiência os avanços do novo plano é o reconhecimento do capacitismo como termo que nomeia e reafirma o compromisso com o enfrentamento à violência e à discriminação (Brasil, 2023). Vale destacar, também, a inclusão da Tecnologia Assistiva como parte dos eixos estruturantes junto à acessibilidade.

As ações são desenvolvidas em nível interministerial como promulgada pelo Decreto 11797/2023 que institui a câmara interministerial dos direitos da pessoa com deficiência, um ganho a nível de articulação para ampliação dos programas e ações para execução do plano nacional (Brasil, 2023). Entre as ações, destaca-se o Programa Nacional de Inovação em Tecnologia Assistiva e o microcrédito para acesso às Tecnologias Assistivas como estratégias de alavancar o acesso destes recursos.

Em relação às ações em prol da TA, um dos importantes instrumentos é o Plano Nacional de Tecnologia Assistiva (PNTA), com base na Lei nº 10.973/04 e no Decreto 10.645/21, constituindo assim o Sistema Nacional de Laboratórios de Tecnologia Assistiva (SisAssistiva- MCTI).

A rede de Núcleo de Tecnologia Assistiva, coordenado pelo Centro Nacional de Referência em Tecnologia Assistiva-CNRTA, vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), faz parte do plano viver sem limites e é responsável por coordenar a rede que atua de forma multidisciplinar e que agrega pesquisas na área. O MCTI coordena o Centro Nacional de Referência em Tecnologia Assistiva que funciona no Centro de Tecnologia e Inovação Renato Archer configura-se como uma unidade de pesquisa.

2.6 TECNOLOGIA ASSISTIVA NO ENSINO SUPERIOR

Eu tive que inventar essa estratégia por conta própria, fazer uma viagem extra ao campus, reservar um tempo extra para escanear os documentos e rolar desajeitadamente por um documento linear em busca das informações de que preciso. Leva muito mais tempo e sempre tenho que elaborar estratégias sobre como vou conseguir a informação que preciso (Konrad, 2018, p. 155).

No Brasil, o cenário de ingresso da Tecnologia Assistiva (TA) na educação surge com o viés de adaptação, em especial, para o público da Educação Especial,

com forte influência da perspectiva do modelo médico de pensar a deficiência, assim numa lógica de reabilitação e adequação para funcionalidades.

No estudo de Calheiros, Mendes e Lourenço (2018), acerca do desenvolvimento da Tecnologia Assistiva no contexto educacional brasileiro, observa-se que não há um uso efetivo de forma generalizada dos recursos de TA. Três aspectos são descritos como obstáculos: As dificuldades quanto à compreensão do que vem a ser TA; Barreiras quanto ao acesso/provisão dos recursos de TA às escolas e A formação dos professores e profissionais envolvidos com o atendimento aos alunos com deficiência no contexto escolar.

Segundo Moura *et al.* (2023), a articulação entre democratização do acesso e garantia da qualidade da educação para todos torna-se um desafio para as universidades, em especial, para atender aos acadêmicos com deficiência e transtornos do espectro autista e que são público-alvo da Educação Especial na Educação Superior.

A permanência estudantil perpassa um conjunto de ações que vão desde a formação docente, serviços de apoio, acessibilidade até recursos tecnológicos. No tocante à Tecnologia Assistiva, os desafios e potenciais estão diretamente ligados aos paradigmas da inclusão que perpassam por mudanças epistemológicas, culturais, sociais, políticas e educacionais, reconsiderando o papel da universidade na contemporaneidade.

É pertinente destacar as alterações feitas em 2025 a partir do Decreto 12.773/2025, que altera a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva e garanti “a educação e a aprendizagem ao longo da vida, até os níveis e as etapas de ensino mais elevados”, compromisso que dialoga com a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e o Programa Incluir, ambos voltados para o educação superior e educação profissional, científica e tecnológica pública federal.

Caputo (2024) em seu estudo a respeito do processo de Fadiga de Acesso no espaço universitário, aponta que as pessoas com deficiência precisam ficar atentas à compreensão sobre inclusão do meio com seus objetivos para o processo de inclusão, por consequência, o resultado do envolvimento e a decisão de participar ou não da negociação para o acesso têm relação direta com a compreensão dos envolvidos no acesso. Pontua que a “Negociação de Acomodação” é o processo interacional de solicitação e discussão de acomodação que permitirá ou aumentará a inclusão de

alguém em um espaço específico. Diante do exposto, o autor apresenta a estratégia de que “nomear a fadiga não só conecta indivíduos fatigados a outros, mas também os ajuda a ver a fadiga como um problema legítimo e não como uma deficiência pessoal” (Caputo, 2024, p. 16).

Além disso, o papel institucional no acesso é investigado no estudo, os agentes institucionais podem participar do acesso como facilitadores na justificativa para tornar o acesso menos cansativo retoricamente, por sua vez, o compartilhamento de carga e um movimento de alívio da fadiga (Caputo, 2024).

2.6.1 Programa Incluir

Para regulamentar as Leis 10.048, de 8 de novembro de 2000 e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, o Decreto 5.296/ 2004 dá prioridade de atendimento e cria normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, que entre outras ações incube ao poder público diretrizes, entre elas: promoção da inclusão de conteúdos temáticos referentes a ajudas técnicas na educação profissional, no ensino médio, na graduação e na pós-graduação (Brasil, 2004).

Neste sentido, o Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Programa Incluir) é criado em 2005 pelo Governo Federal com foco no ensino superior, em Universidades e Institutos Federais, fomentando assim o desenvolvimento de política de acessibilidade para pessoas com deficiência, com ações em:

- Adequação arquitetônica para acessibilidade nos diversos ambientes das IES.
- Adequações: rampas, barras de apoio, corrimão, piso e sinalização tátil, sinalizadores, alargamento de portas e vias, instalação de elevadores, etc.
- Aquisição de recursos de tecnologia assistiva para a promoção da acessibilidade pedagógica nas comunicações e informações aos estudantes com deficiência e demais membros da comunidade universitária. Materiais: computadores com interface de acessibilidade, impressoras em braile, linhas braile, lupas eletrônicas, teclados colmeia com acionadores acessíveis, etc.
- Aquisição e desenvolvimento de materiais didáticos e pedagógicos acessíveis;
- Aquisição e adequação de mobiliários para acessibilidade;
- Formação de profissionais para o desenvolvimento de práticas educacionais inclusivas e para o uso dos recursos de tecnologia assistiva, da Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros códigos e linguagens (Brasil, 2005).

Os Núcleos de Acessibilidade atendidos pelo Programa Incluir são estruturas que atuam nos eixos: Infra-estrutura; Currículo, Comunicação e Informação e Programa de Extensão e Pesquisa. Esses equipamentos para inclusão são garantidos pelo Decreto 7.611/2011, definindo que, “Os núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior visam eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência” (Brasil, 2011). Vale pontuar que em outubro de 2025 o referido decreto foi revogado pelo Decreto 12.686/2025 que passa a indicar o Atendimento Educacional Especializado (AEE) também para o ensino superior, sendo assim, uma atualização da legislação, constar expresso na normativa endossa a responsabilidade do ensino superior no que diz respeito o AEE: “Art. 10. Nas instituições federais de educação superior, o AEE será efetivado pelos núcleos de acessibilidade para a garantia do acesso pleno aos estudantes que são o público da educação especial” (Brasil, 2025).

As ações estão em consonância com os princípios e diretrizes firmado na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ONU - 2006, assim como os decretos nº. 186/2008, 6.949/2009, 5.296/2004, 5.626/2005 e 7.611/2011. O aporte orçamentário executa as ações de acessibilidade, vinculado ao Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência – Viver sem Limites. Até 2011 os repasses eram efetivados por meio de chamadas públicas, a partir de 2012, passou a ser universalizada para todas as Instituições Federais de Ensino Superior – IFES, por meio de alocação direta nas unidades orçamentárias de cada instituição, direcionando o desenvolvimento de Política de Acessibilidade ampliada e articulado junto ao Ministério da Educação -MEC (Brasil, 2013).

Atualmente, o Programa Incluir faz parte do rol de Programas que compõem a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), Lei 14.914/2024:

Art. 18. O Programa Incluir de Acessibilidade na Educação (Incluir) destina-se a implantar e consolidar núcleos de acessibilidade que promovam ações para a garantia do acesso pleno das pessoas com deficiência à educação superior e à educação profissional, científica e tecnológica, nas instituições federais de ensino.

Art. 19. São objetivos do Incluir:

I - garantir a inclusão e a permanência de estudantes com deficiência na educação superior e na educação profissional, científica e tecnológica;

II - prestar apoio pedagógico específico às pessoas com deficiência, inclusive por meio de práticas de extensão universitária, de forma a ensejar formação pedagógica destinada à inclusão;

III - assegurar a inclusão do ensino de Libras em todos os cursos de formação de professores;

IV- eliminar barreiras atitudinais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicações que impeçam ou dificultem o acesso das pessoas com deficiência à educação;

V - proporcionar condições de acesso e de utilização de todos os ambientes ou compartimentos das instituições federais de ensino superior e das instituições da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios, instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários(Brasil, 2024).

Observamos nos respaldos legais condições para criação de estruturas dentro dos espaços educacionais de ensino superior através da promoção para o acesso pleno das pessoas com deficiência, garantido a inclusão e a permanência.

Contudo, só as leis não são suficientes, é necessário ser subversivo para romper com as lógicas normativas e capacitar trabalhadores (efetivo ou prestadores de serviço) nas instituições. No estudo feito por Lara e Sebastián-Heredero (2020) a respeito do Programa Incluir desde sua implementação, há um movimento nas instituições para inclusão, democratizando o acesso e buscando formas de romper com as inúmeras barreiras, mesmo com a presença dos Núcleos de Inclusão, ainda existe desafios de recursos materiais e humanos para garantir a igualdade equânime para todos.

Relevante avanço para o Programa Incluir é seu recente respaldo por meio da força da lei, agora compondo um conjunto de ações em prol da Permanência Estudantil, através do Programa Nacional de Assistência Estudantil.

2.6.2 Laboratórios de Tecnologia Assistiva

Segundo Calheiros *et al* (2018), no Brasil, as Universidades e Institutos Federais somam na construção de Laboratórios de Tecnologia Assistiva, por meio de financiamento do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e da FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), para desenvolvimento de tecnologias e inovação na área. Esses laboratórios fazem parte do Sistema Nacional de Laboratórios de Tecnologia Assistiva (SisAssistiva-MCTI).

Em 2022 foi lançada a chamada pública MCTI/FINEP Ação Transversal – Tecnologia Assistiva⁸ que compõem ao SisAssistiva para proposta de laboratórios nas áreas de:

- a) Órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção;
- b) Soluções que auxiliem para melhoria da autonomia cotidiana e laboral da pessoa com deficiência, idosa ou com mobilidade reduzida;
- c) Auxílios para melhoria nas habilidades visual, auditiva, surdocegueira e comunicação alternativa/aumentativa;
- d) Auxílios para o desenvolvimento intelectual, cognitivo, socioemocional e socioeconômico para pessoas com deficiência intelectual, mental, autismo e múltipla;
- e) Habilitação, reabilitação, convivência, cuidado, moradia, transporte, esporte paralímpico e tecnologias para inclusão digital;
- f) Prevenção e mitigação de impedimentos provenientes de doenças raras;
- g) Prevenção de deficiências por causas evitáveis, de acordo com o Art. 19 da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência; e
- h) Acessibilidade, preferencialmente incluindo o conceito de desenho universal e acessibilidade comunicacional.

A abrangência de área para o desenvolvimento de TA demonstra a grande amplitude que envolve o atendimento em tecnologia para as pessoas com deficiência que vai desde a busca por meio de viabilizar a autonomia até a prevenção e mitigação de impedimentos providos por doenças raras. São frente que envolvem a prevenção, cuidado para cidadania e participação.

Além de modalidade de laboratório integrador com função de contribuir para a articulação, gestão e a inteligência estratégica que envolve a rede de laboratórios que compõem o SisAssistiva- MCTI.

É de referir que o edital não é exclusivo para universidades e Institutos Federais, contudo, a participação destas instituições é expressiva.

No que diz respeito ao ensino superior, as universidades também atuam na construção de ciência, tecnologia e inovação a nível nacional, o que vai além das suas demandas internas no atendimento de seus acadêmicos. Na formação profissional em

⁸http://www.finep.gov.br/images/chamadaspublicas/2022/09_09_2022_Editado_Rerratificado_Tecnologia_Assistiva.pdf

diversas áreas a participação nestes laboratórios fomentam o conhecimento sobre inclusão e acessibilidade, desta forma, enriquecendo os currículos acadêmicos e aprimorando os cursos.

A abertura de cursos de letras – Língua Brasileira de Sinais (Libras) em todos os estados brasileiros foi um dos significativos ganhos para o ensino superior, pois contemplou 55 universidades⁹ e fomentou o acesso de estudantes com deficiência em curso superior.

⁹http://www.finep.gov.br/images/chamadas-publicas/2022/09_09_2022_Editado_Rerratificado_Tecnologia_Assisitiva.pdf

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Um estudo investigativo da literatura é fundamental para compreensão do objeto estudado, neste sentido, optou-se por uma revisão da literatura no método de revisão de escopo. A Revisão de Escopo objetiva-se em mapear conceitos-chave, tipos de evidências e lacunas na pesquisa, por meio de tópico amplo, explorando a abrangência da literatura disponível a partir de um método sistematizado. Além de identificar e analisar lacunas de conhecimento, assim como, esclarecer conceitos/definições importantes na literatura (Arksey; O'Malley, 2007).

Segundo Marconi e Lakatos, a pesquisa bibliográfica “abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc.” (2003, p.185). As autoras nos alertam que “não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras” (2003, p. 185).

O desenvolvimento desta pesquisa tem natureza básica, com fins de pesquisa exploratória, com procedimentos bibliográficos, com tipo de instrumento de fonte de publicações científicas. O ponto de vista da abordagem do problema é qualiquantitativa a partir da metodologia mista. Segundo Leite e Carmo, “metodologia mista é sistematizada por uma integração de abordagens metodológicas, qualitativa e quantitativa” (2023, p. 33). As autoras ainda sinalizam que a metodologia mista é indicada quando os estudos nos quais os dados obtidos trazem informações pouco discutidas na literatura.

Portanto, o método proposto nos possibilita a confluência de saberes por meio de diálogo entre a área dos Estudos da Deficiência e a área da Tecnologia Assistiva, por meio da exploração do tema.

Utilizaram-se as diretrizes do Manual Joanna Briggs Institute (JBI) para Síntese de Evidência na conduta desta pesquisa. Entre os métodos possíveis de revisão, utilizaremos a Revisão de Escopo, *Scoping Review*, que irá conduzir o estudo por meio do protocolo de pesquisa que norteará a condução (Salvador *et al.*, 2021).

A sistematização segue o modelo referencial do JBI, com o acrônimo PPC:

Quadro 3 - Acrônimo PCC

População/Population	Serão utilizados estudos que abordam o conceito Fadiga de Acesso.
Conceito/ Concept	O conceito de interesse é da área dos Estudos da Deficiência.
Contexto/Context	Serão considerados estudos conduzidos sobre Fadiga de acesso e deficiência.

Fonte: Elaborado pela autora

A busca exploratória foi realizada para identificação de “referências-secundárias” a partir da questão de pesquisa. Foi identificado que a relação do termo “Fadiga de Acesso” e “Tecnologia Assistiva” foi inviável, pois não foram localizados materiais como resposta à inserção destes buscadores, sendo assim, se buscaram palavras-chave que pudessem viabilizar o estudo.

As bases de dados selecionadas para o estudo foram definidas a partir de suas características interdisciplinares e da sua abrangência nacional e internacional, sendo assim, complementares no alcance de publicações. Como o estudo envolve duas grandes áreas, Tecnologia Assistiva e os Estudos da deficiência, buscou-se bases que tivessem alcance para ambas as áreas.

Foi realizada busca piloto nos bancos de dados para avaliação das palavras-chaves, conforme descrito:

Quadro 4 - Resultados das buscas

Opções	Scopus	Web of Science	Academic Search Premier	Catálogo de Teses da Capes	Google Acadêmico
14/04/2025 ("access fatigue" OR "fadiga de acesso") AND ("tecnologia assistiva" OR "tecnologias assistivas" OR "assistive technologies" OR "assistive technology")	ALL (("access fatigue" OR "fadiga de acesso") AND ("tecnologia assistiva" OR "tecnologias assistivas" OR "assistive technologies" OR "assistive technology")) Resultados: 04	("access fatigue") AND ("assistive technologies" OR "assistive technology") Resultados: 0	("access fatigue") AND ("assistive technologies" OR "assistive technology") Resultados: 0	"fadiga de acesso" AND ("tecnologia assistiva" OR "tecnologias assistivas") Resultados: 0 OBS: somente pelo termo "tecnologias assistivas" a pesquisa retorna 1623 resultados.	("access fatigue" OR "fadiga de acesso") AND ("tecnologia assistiva" OR "tecnologias assistivas" OR "assistive technologies" OR "assistive technology") Resultados: 51
14/04/2025 ("Accessibility and Inclusion Centers" OR "Inclusion Centers") AND ("assistive technology" OR "assistive technologies")	ALL (("Accessibility and Inclusion Centers" OR "Inclusion Centers") AND ("assistive technology" OR "assistive technologies")) Resultados: 5	("Accessibility and Inclusion Centers" OR "Inclusion Centers") AND ("assistive technology" OR "assistive technologies" OR "assistive technology") Resultados: 1	("Accessibility and Inclusion Centers" OR "Inclusion Centers") AND ("assistive technology" OR "assistive technologies" OR "assistive technology") Resultados: 1	"Centros de Acessibilidade e Inclusão" OR "Centros de Inclusão" OR "tecnologias assistivas" Resultados: 15 Resultados: 1623	("Accessibility and Inclusion Centers" OR "Inclusion Centers" OR "Centros de Acessibilidade e Inclusão" OR "Centros de Inclusão") AND ("assistive technology" OR "assistive technologies" OR "tecnologia assistiva" OR "tecnologias assistivas") Resultados: 83

Opções	Scopus	Web of Science	Academic Search Premier	Catálogo de Teses da Capes	Google Acadêmico
22/04/2025 ("Access fatigue" OR "fadiga de acesso")	("Access fatigue" OR "fadiga de acesso") Resultados: 08	("Access fatigue" OR "fadiga de acesso") Resultados: 04	("Access fatigue" OR "fadiga de acesso") Resultados: 04	("Access fatigue" OR "fadiga de acesso") Resultados: 04	Google Acadêmico ("Access fatigue" OR "fadiga de acesso") Resultados: 269

Fonte: Elaborada pela autora.

Diante da busca piloto no banco de dados, foi definido que serão utilizadas as palavras-chave ("*Access fatigue*" OR "fadiga de acesso") focando nos estudos sobre o conceito "Fadiga de Acesso" e a partir desta busca identificar o debate sobre tecnologia, com ênfase para Tecnologia Assistiva.

Como recursos tecnológicos foram utilizados os seguintes: Tecnologia do Google Cloud Translation para auxiliar na tradução dos textos; Mendeley Reference Manager para gerenciar as referências; Microsoft 2025 Excel para listar dados e controlar revisão; Cmap Cloud para criação do fluxograma.

3.1 PROTOCOLO

O Protocolo foi desenvolvido e publicado no OPEN SCIENCE FRAMEWORK (OSF) para tornar pública a pesquisa.

O Open Science Framework (OSF) é uma ferramenta que promove fluxos de trabalho abertos e centralizados, permitindo a captura de diferentes aspectos e produtos do ciclo de vida da pesquisa, incluindo o desenvolvimento de uma ideia de pesquisa, a concepção de um estudo, o armazenamento e a análise de dados coletados e a redação e publicação de relatórios ou artigos (Foster, 2017. p. 203).

O protocolo desta pesquisa recebeu o identificador: DOI 10.17605/OSF.IO/P6R2B¹⁰.

3.2 REVISÃO DE ESCOPO

A escolha do método de Revisões de escopo atende a proposta de identificar e buscar as evidências de temas que são emergentes no campo de estudo. Segundo o *handbook* da JBI (2024), as revisões de escopo "são úteis para examinar evidências emergentes quando ainda não está claro quais outras questões mais específicas podem ser levantadas para sínteses de evidências e abordadas de forma valiosa". Neste sentido, visam fornecer uma visão geral ou um mapa das evidências, que possibilita um aprofundamento no tema delimitado.

¹⁰ Encontra-se disponível no Apêndice B.

A etapa da revisão foi desenvolvida por meio de busca por palavras-chave e realizada uma listagem geral com nome e *link* de acesso de cada publicação encontrada e sistema:

- a) Lista geral com todos os títulos encontrados separados por banco de dados;
- b) Na lista geral, foram verificados, a partir dos títulos, as publicações replicadas e os títulos que não têm relação com o tema da revisão; assim, foi realizada a listagem por título.
- c) A partir da listagem por título, foi realizada a leitura do resumo e foram selecionados os estudos; nos casos em que o resumo não identificou o termo "Access fatigue" ou "fadiga de acesso", foi realizada busca simples no texto completo.
- d) Os estudos selecionados a partir da leitura do resumo foram lidos na íntegra e selecionados para extração de dados;
- e) Extração dos dados

Ainda seguindo o *handbook* da JBI as informações relevantes foram sistematizadas da seguinte forma¹¹:

- a) Autor(es);
- b) Ano de publicação;
- c) Origem/país de origem (onde a fonte foi publicada ou conduzida);
- d) Objetivos/finalidade;
- e) Tamanho da população e da amostra dentro da fonte de evidência (se aplicável);
- f) Metodologia / métodos;
- g) Tipo de intervenção, comparador e detalhes dos mesmos (por exemplo, duração da intervenção) (se aplicável);
- h) Resultados e detalhes destes (por exemplo, como medidos) (se aplicável);
- i) Principais descobertas relacionadas à(s) pergunta(s) da revisão do escopo.

¹¹ Os dados estão apresentados no Apêndice A.

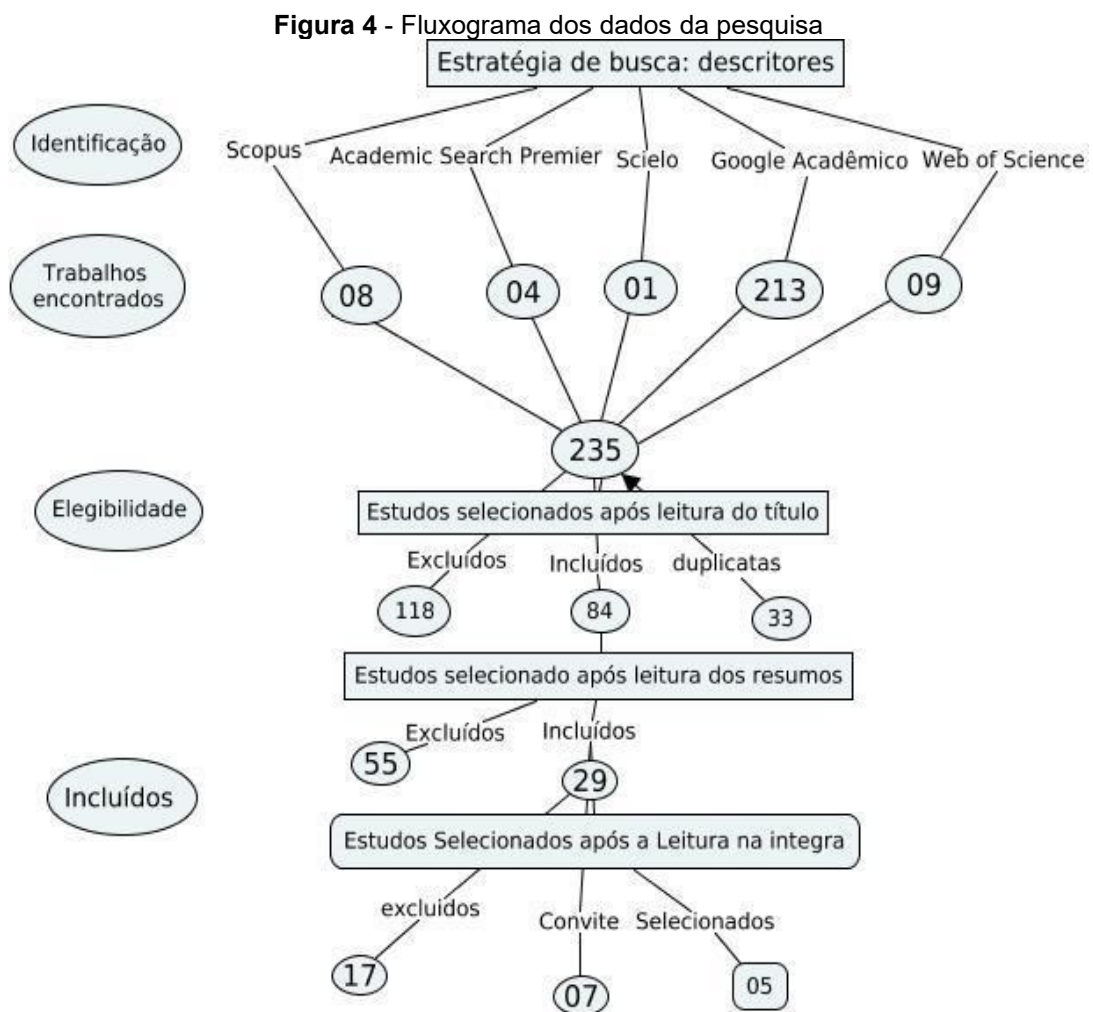
Foi incluído o título e o tipo do estudo como informações adicionais. Para sistematização das informações foi utilizada como recurso, planilha de Microsoft Excel para extração das informações.

A revisão terá como base a Declaração de Itens de Relatório Preferenciais para Revisões Sistemáticas (PRISMA), feita por meio do checklist disponível no sistema <https://prisma.shinyapps.io/checklist/>.

3.3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.3.1 Resultados da pesquisa

As informações foram sistematizadas por meio do fluxograma abaixo:



Fonte: Elaboração pela autora

Descrição: Desenho de um fluxograma. No cabeçario está escrito: Figura 4: Fluxograma dos dados da pesquisa. Do lado direito encontra-se uma sequência de indicadores em centro de círculos que conectam as informações aos dados descritos no lado direito. Canto superior dentro de um retângulo está escrito: Estratégia de busca: descritores, texto está conectado por linhas abaixo. Será descrito cada linha e a conexão dos dados relacionados a cada banco de dados e em parênteses a quantidade de trabalhos encontrados, descrito na segunda linha do fluxograma: 1º círculo: Identificação, Scopus(08), Academic Search premier(04), Scielo(01), Google Acadêmico (213) e Web Of Science (03). 2º círculo está escrito trabalhos encontrados total de 235. 3º Círculo está escrito: Elegibilidade. Ligado abaixo aos dados totais de trabalhos encontrados, tem um triângulo que está escrito: Estudos selecionados após leitura do título, ligado a este triângulo por setas estão descritas as palavras: excluídos (118), Incluídos (84) e duplicados (33). 4º círculo está escrito: Incluído. Ligado abaixo aos dados de excluídos tem um retângulo que está escrito: Estudos selecionados após a leitura dos resumos. Abaixo do retângulo estão escritas as palavras: Excluídos (55) e incluídos (29). Ligado aos dados do Incluídos (29), tem um retângulo que está escrito: Estudos selecionados após a leitura na íntegra. Abaixo ligado por setas ao triangulo tem as palavras e dados: Excluídos (17). Convites(07) e selecionados (05). Abaixo da figura está escrito: Fonte: elaborado pela autora.

A análise dos dados, classificados após a leitura completa, foi desenvolvida a partir de dois vieses: 1) Estudos selecionados e, 2) Estudos contextuais. Definiu-se como Estudos Convites aqueles que atendem aos critérios de abordar o tema Fadiga de Acesso e mencionar o termo Tecnologia Assistiva, contudo, não desenvolveram ao longo do texto um debate a respeito destas menções. Já os estudos selecionados levam em consideração a análise da Tecnologia Assistiva como recurso para compreender o fenômeno Fadiga de Acesso.

Ou seja, os estudos convites abordam a Fadiga de Acesso, mencionam a Tecnologia Assistiva, contudo, não desenvolvem um debate a respeito, apenas indicam como recurso da argumentação ou são apenas citados. A importância destes dados indica um campo de pesquisa a ser explorado, pois são evidências secundárias.

No quadro abaixo, apresentaremos os estudos selecionados que atendem os objetivos da pesquisa:

Quadro 5 - Descrição dos estudos incluídos na revisão de escopo

Nº	Título	Primeiro Autor(a), ano, País, idioma.	Público-alvo (População/amostra) Desenho do estudo	Principais resultados	Principais descobertas relacionadas à(s) pergunta(s) da revisão do escopo.
01	Unindo Setores, Quebrando Barreiras: Formando Coalizões Sustentáveis para Acessibilidade e Inclusão de Pessoas com Deficiência	Willers, Heidi 2025 EUA, Inglês	Organizações na cidade de Mesa/Arizona/EUA, cidade certificada para o autismo.	O estudo revela cinco fatores-chave que influenciam adoção organizacional de iniciativas de acessibilidade, sendo estes: (1) Nível de Conscientização Programática; (2) Grau de Sinergia entre Relacionamentos; (3) Percepção de Valor/Alinhamento de Valores; (4) Adequação ao Tipo Organizacional; e (5) Disponibilidade de Recursos Necessários.	A tecnologia pode tanto facilitar quanto dificultar a acessibilidade. Ou seja, a tecnologia pode desempenhar um papel no fornecimento de acessibilidade, mas, por si só não é suficiente. Aponta que a incorporação de design inclusivo pode identificar barreiras de acesso e abordá-las, levando a uma maior acessibilidade.
02	Argumentando a favor do acesso: o trabalho retórico cotidiano da deficiência	Konrad, Annika 2018 EUA Inglês	19 pessoas com deficiência visual	Os resultados deste estudo sugerem que a implementação do acesso coletivo envolve desafiar formas normativas de relacionamento e ideias deficitárias para que a interdependência possa se tornar uma atividade criativa, forma flexível e colaborativa de relacionar e reimaginar tarefas entre pessoas, ferramentas e tecnologias no espaço e no tempo. As narrativas dos participantes deixam claro que atualmente não têm uma estrutura para a relacionalidade interdependente na vida social. Ao analisar as narrativas dos participantes de buscar acesso na vida social como pedagogias retóricas, descubro quatro condições necessárias para a relacionalidade interdependente: Humanidade, Agência, Responsabilidade Social e Liderança.	A partir da experiência dos participantes da pesquisa, a autora argumenta a respeito do lugares-comuns tecnológicos ou crenças amplamente aceitas sobre as promessas e propósitos de tecnologia em relação à deficiência, estruturar situações retóricas de acesso e quando interrogados, eles revelam um pensamento capacitista sobre os modos de comunicação e recepção informação.
03	Fadiga de Acesso: O Trabalho Retórico da	Konrad, Annika 2021	22 Pessoas com deficiência	O resultado apresenta as quatro dimensões interconectadas da negociação de acesso que tornam o	As Tecnologias Assistivas localizam-se nos eixos de opressões e privilégios . O uso de tecnologia

Nº	Título	Primeiro Autor(a), ano, País, idioma.	Público-alvo (População/amostra) Desenho do estudo	Principais resultados	Principais descobertas relacionadas à(s) pergunta(s) da revisão do escopo.
	Deficiência na Vida Cotidiana	EUA Inglês		trabalho de acesso fatigante: o acesso requer (1) a invenção de um eu com deficiência adequado ao engajamento público, uma atividade que pode envolver (2) o confronto com as reações do público à deficiência, o que pode reformular o próprio senso de identidade da pessoa com deficiência e ser tão desgastante que ela precise preservar sua própria energia (3) ponderando o valor de cada troca e (4) ensinando outros a participar do acesso.	assistiva são fatores importantes na forma como os indivíduos Vivenciam a situação retórica de acesso.
04	Projetos de espaços de aprendizagem online para uso coletivo de acesso	Hwang, Eunkyung 2023 EUA Inglês	03 projetos (Elisa Giardina Papa, Shannon Finnegan e Bojana Coklyat)	Defende a construção de acesso coletivo em espaços de aprendizagem online em direção à justiça para deficientes. Propõem como estratégias 1) romper com designs capacitista e 2) Elaborar designs alternativos para espaços de aprendizagem. Enfatiza a paralisia colaborativa como uma prática anticapacitista informada pela tecnociência crip. Essa prática capacita os alunos a combaterem a assimilação generalizada de pessoas com deficiência em ambientes de aprendizagem online capacitistas.	As tecnologias assistivas e o design universal reduzem parcialmente as desigualdades no espaço online de aprendizagem, pois ainda estão sendo inserida nos contextos para cumprir requisitos legais, o que torna provoca pouca contribuição na aprendizagem equitativa.
05	A (in)visibilidade do professor com deficiência: e-book sobre os (des)caminhos da inclusão laboral	Andrade, Flávia C.N 2024 BRA Português	09 professores com deficiência da rede municipal de educação de Niterói	Os resultados indicam uma escassez de literatura sobre a inclusão laboral de docentes com deficiência na Educação Básica, uma falta de dados públicos sobre o número de professores com deficiência que atuam na rede de ensino de Niterói, e uma implementação insuficiente da lei de cotas nos	No tópico Tecnologia assistiva e inclusão laboral a autora ao analisar o uso da tecnologia assistiva junto aos participantes da pesquisa aponta que essas narrativas explicitam o valor da tecnologia assistiva e a necessidade de esforço por parte de setores específicos, na busca por

Nº	Título	Primeiro Autor(a), ano, País, idioma.	Público-alvo (População/amostra) Desenho do estudo	Principais resultados	Principais descobertas relacionadas à(s) pergunta(s) da revisão do escopo.
				concursos públicos. A invisibilidade dos docentes na rede, demonstrado pela falta de políticas públicas de atenção e acolhimento à entrada por concurso desses profissionais, sugere a existência de capacitismo institucional. Isso é evidenciado pelo que os Estudos da Deficiência chamam de “Fadiga de Acesso”, referindo-se às dificuldades que os profissionais têm em ter suas necessidades de acessibilidade atendidas. Além disso, as entrevistas com os docentes revelaram a necessidade de melhorias de infraestrutura, formação continuada e, principalmente, em relação à acessibilidade e à luta contra o capacitismo na rede. Esses achados destacam a necessidade de políticas públicas e práticas mais eficazes para promover a inclusão laboral dos docentes com deficiência.	políticas de acessibilidade consistentes que se utilizem dos princípios do Desenho Universal que pode tornar os ambientes acessíveis ao maior número de pessoas possível.

Fonte: Elaborado pela autora.

3.4 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS ARTIGOS SELECIONADOS

Flávia Cantuária Nobre Andrade (2024) em sua pesquisa intitulada A (In)visibilidade do professor com deficiência: E-book sobre os (Des)caminhos da inclusão laboral investiga como é o processo de inclusão dos docentes com deficiência no município de Niterói e, como esses sujeitos elaboram suas subjetividades na busca por uma identidade laboral. Na dimensão que investiga a Tecnologia Assistiva aponta que o Desenho Universal é elemento-chave para debater o tema. Faz uma análise da experiência de seu público da pesquisa ao usar a Tecnologia assistiva e as potencialidades e limitações, destacando a necessidade de esforço por parte de setores específicos por meio da implementação do Desenho Universal.

Heidi Willers (2025) em seu estudo sobre as organizações e o processo de inclusão, devolvido na cidade de Mesa/Arizona/EUA, cidade certificada para o autismo, uma espécie de cidade modelo, traz ao debate as possíveis lacuna que envolve as respostas organizacionais e as mudanças sistemática para o processo de inclusão. Alerta de o risco da aplicação legal ter uma grande dependência da ação individual, sendo assim, garantir o acesso nestes moldes coloca o ônus para as pessoas menos providas de poder para a execução do acesso, neste caso as pessoas com deficiência. Contribuindo assim uma mentalidade de acomodação, operada por grande parte da sociedade, e sustentando suas ações em mera conformidade legal.

A autora pontua também que,

A falácia da acessibilidade encapsula a ideia de que a latência do capacitismo profundamente enraizado, mais a mentalidade de acomodação que continuamente se volta para a ação individual acalma muitos pensando que a acessibilidade é "resolvida" pelas estruturas de direitos das pessoas com deficiência existentes (Willers, 2025, p. 30, tradução nossa).

Na contramão da falácia da acessibilidade Willers (2025) identificou no processo de coalizão sustentável para inclusão, no estudo das organizações, os cinco fatores-chaves impulsionadores são: Nível de conscientização Programático; Grau de sinergia entre relacionamentos; Percepção de valores/Alinhamento de valores; Adequação à Tipo Organizacional e Disponibilidade de recursos Necessários. Fatores trabalhados por diversos atores nas organizações, na busca por um ambiente mais acessível e inclusivo.

Annika Konrad pesquisadora que aborda o fenômeno da Fadiga de Acesso em sua pesquisa com pessoas com deficiência visual, aponta reflexões acerca das tecnologias, pontuando:

lugares-comuns tecnológicos ou crenças amplamente aceitas sobre as promessas e propósitos de tecnologia em relação à deficiência, estruturar situações retóricas de acesso e quando interrogados, eles revelam um pensamento capacitista sobre os modos de comunicação e recepção da informação (Konrad, 2018, p. 77, tradução nossa).

A autora problematiza o papel das tecnologias assistivas na perspectiva de “resolver o problema” da deficiência, por vezes, tentando colocá-la no lugar de adequar as pessoas com deficiência para normalidade das pessoas sem deficiência, na contramão de uma postura que celebra a diferença e da interdependência. Observa-se nesta perspectiva um deslocamento da responsabilidade social de reimaginar normas e construindo em torno da Tecnologia Assistiva uma “solução” para a deficiência, fenômeno definido com *retorica tecnocapacitista da deficiência* (Konrad, 2018).

Konrad (2018) traz ao debate o trabalho retórico cotidiano da deficiência explorado nos contextos profissional, informativo e social. No âmbito profissional aponta no ambiente de trabalho, chamada pela autora, como lugares-comuns normativos, molda argumentos sobre o trabalho e corpo, construindo assim uma barreira de acesso. No contexto tecnológico, os chamados lugares-comuns tecnológicos, moldam a alegação a respeito de quem precisa usar mais tecnologias, discorrer sobre propósitos, onde, como, quando, criando a necessidade de trabalho retórico para ferramentas adaptativas de acesso à informação. Já no meio social, a necessidade de implementar abordagem retórica pedagógica de interdependência tendo que ensinar maneiras não normativas de movimentar, pensar, responsabilidade, comunidade, humanidade, entre outros aspectos. Portanto, impactando na experiência retórica, seja nas dimensões emocionais, materiais e sociais.

Ainda, a autora em seu artigo Fadiga de Acesso: O Trabalho Retórico da Deficiência na Vida Cotidiana (*Access fatigue: the rhetorical work of disability in everyday life*) apresenta as quatro dimensões que tornam o acesso um processo fatigante, sendo estes: engajamento público da pessoa com deficiência; o confronto com a percepção do público sobre a deficiência, levando a esgotamento emocional, podendo interferir no senso de identidade; ponderar o valor de cada troca; e ensinar

outras pessoas na participação do acesso. Diante destas dimensões, ainda lidar com as dimensões de raça, gênero, deficiência e Tecnologia Assistiva, separadamente ou juntas, depende das características de cada pessoa.

Eunkyng Hwang (2023) no artigo *Crippling Online Learning Space Designs for Collective Access* (Projetos de espaços de aprendizagem on-line limitados para acesso coletivo) faz uma análise do espaço de aprendizagem on-line a partir de espaços de educação artística no ambiente universitário. Utiliza-se da Tecnociência crítica dos estudos de acesso como ferramenta para propor a paralisia colaborativa, “romper com os designs de espaços de aprendizagem *on-line* centrados na conformidade ou de elaborar designs alternativos centrados nas experiências de alunos com deficiência” (p.15), como recurso para romper com os *designs* capacitistas e propor designs alternativos para o espaço de aprendizado *on-line*.

A autora propõe *Tecnociência Crip* como forma de ativismo de design que visa romper o capacitismo sistêmico, por meio da interligação da ciência, tecnologia e contexto político. Portanto, sugere um desafio às suposições normativas de que os espaços são projetados para pessoas sem deficiência, propondo uma busca de compreender as identidades, experiências e necessidades de acesso dos alunos com deficiência. Propõem dois métodos que desafiam a ideia de *designs* universais centrados em conformidade em espaços de aprendizagem on-line: 1) Romper com os *designs* capacitistas dos espaços de aprendizagem *on-line* e, 2) elaboração de *designs* alternativos para espaços de aprendizagem *on-line*.

Recomenda a construção de relacionamento colaborativo entre estudantes com deficiência, educadores devem ouvir as experiências dos alunos com deficiência para acessibilidade para a aprendizagem on-line. “Centralizar a perspectiva dos alunos com deficiência no planejamento de espaços de aprendizagem on-line é o primeiro passo para a construção do acesso coletivo por meio de nossa prática” (Hwang, 2023, p. 22, tradução nossa).

Os debates apresentam pontos em comum na pesquisa selecionada, demonstram caminhos coletivos de análise, dentre os pontos, localizamos: Justiça social, Acesso e Design universal.

A justiça social é elemento presente nos estudos de Heidi (2025), entre as reflexões apontadas no processo de construção de design participativo. Gesser *et al.* (2024) aponta a Justiça Defiça como elemento para acesso coletivo, nenhum corpo

ou mente deve ser abandonado. Proposta que amplia a ideia de desenho universal e incorpora perspectiva interseccional e política da deficiência.

A justiça para a deficiência inclui o acesso coletivo e enfatiza transformações sociais, políticas, econômicas e de infraestrutura que centralizam o florescimento de pessoas com corporificações diversas na concepção e implementação (Fritsch, 2024, p. 55, tradução nossa).

Por meio da tecnociência incapacitante, Hwang (2023) propõe uma práxis de educação voltada para justiça social, focada em desafiar e romper com os projetos de aprendizagem centrados na conformidade, sendo assim, combater as estruturas opressivas. Resgatar o valor das experiências e do acesso, para construção do acesso coletivo, transformador e libertador.

Pensar a dimensão da justiça social é também observar os amparos nas legislações, sendo assim, propomos observar as legislações para pessoas com deficiência mencionadas nos estudos, especialmente americanas:

Quadro 6 - Legislações para pessoa com deficiência

Legislações para Pessoa com deficiência	
EUA	Assunto
Lei de Barreiras Arquitetônicas de 1968	A Lei das Barreiras Arquitetônicas aborda o obstáculo mais significativo em relação ao emprego de pessoas com deficiência: o <i>design</i> físico de prédios e instalações. A lei requer que todos os prédios projetados, construídos, reformados ou alugados com recursos federais sejam acessíveis a pessoas com deficiência. ¹²
Lei de Reabilitação de 1973	Oferece proteção contra a discriminação com base na deficiência em emprego federal, emprego com contratados federais e em empregos financiados pelo governo federal, programas e agências. ¹³
Lei dos Americanos com Deficiências de 1990 (ADA)	é uma lei federal de direitos civis que proíbe a discriminação contra pessoas com deficiência em atividades cotidianas. ¹⁴
Lei de Educação para Indivíduos com Deficiências (IDEA)	A Lei de Educação para Indivíduos com Deficiências (IDEA) é uma legislação americana que garante que os alunos com deficiência recebam uma Educação Pública Gratuita e Apropriada (FAPE) adaptada às suas necessidades individuais. A IDEA era anteriormente conhecida como Lei de Educação para Todas as Crianças com Deficiência (EHA) de 1975 a 1990. Em 1990, o Congresso dos Estados Unidos reautorizou a EHA e mudou o título para IDEA. ¹⁵
Lei de Acessibilidade ao Voto para Idosos e Deficientes	A Lei de Acessibilidade ao Voto para Idosos e Deficientes (VAEHA) é uma lei dos Estados Unidos aprovada em 1984 que determina o fácil acesso de pessoas com deficiência e idosos ao registro eleitoral e às seções eleitorais durante as eleições federais . A lei também exige

¹² <https://archive-share.america.gov/pt-br/igualdade-para-americanos-com-deficiencia-uma-linha-tempo/>.
¹³ <https://www.law.cornell.edu/uscode/text/29/701>.
¹⁴ <https://www.ada.gov/topics/intro-to-ada/>.
¹⁵ <https://embryo.asu.edu/pages/individuals-disabilities-education-act-1975>.

	recursos para registro e votação, como a impressão de instruções em fonte grande. ¹⁶
Lei de Moradia Justa	Legislação federal dos EUA que protege indivíduos e famílias da discriminação na venda, aluguel, financiamento ou publicidade de moradias. A Lei de Moradia Justa, conforme alterada em 1988, proíbe a discriminação com base em raça, cor, religião, sexo, deficiência, estado civil e nacionalidade. ¹⁷
Lei de Acesso a Transportadoras Aéreas	A Lei de Acesso a Transportadoras Aéreas proíbe a discriminação com base em deficiência em viagens aéreas. O Departamento de Transportes (DOT) possui uma norma que define os direitos dos passageiros e as obrigações das companhias aéreas sob esta lei. Esta norma se aplica a todos os voos de companhias aéreas americanas e a voos de ou para os Estados Unidos por companhias aéreas estrangeiras. ¹⁸
Lei de Tecnologia Assistiva de 1998	A Lei de Assistência Tecnológica para Indivíduos com Deficiência de 1988 e a Lei de Tecnologia Assistiva de 1998, que substituíram a legislação de 1988, definem um <i>dispositivo de tecnologia assistiva</i> como “qualquer item, peça de equipamento ou sistema de produto, adquirido comercialmente, modificado ou personalizado, que seja usado para aumentar, manter ou melhorar as capacidades funcionais de indivíduos com deficiência” (29 USC 3002) ¹⁹ .

Fonte: Elaborado pela autora.

No tocante às legislações brasileiras a pesquisa de Flávia Cantuária Nobre Andrade (2024) apresenta:

Quadro 7 - Principais leis de inclusão na educação e trabalho

Lei	Descrição
Lei Descrição Constituição Federativa do Brasil de 1988	Garante o direito de acesso ao trabalho e à educação para pessoas com deficiência (Artigos 7º, 37º, 227º e 205º).
Lei nº 8.112 de 1990	Regulamenta o serviço público federal e garante às pessoas com deficiência a reserva de até 20% das vagas nos concursos públicos (Artigo 5º, parágrafo 2º).
Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 (LDB)	Estabelece que é dever das instituições de ensino assegurarem a educação especial para o trabalho, visando a efetiva integração na vida em sociedade (Artigo 59).
Resolução nº. 630/1998	Promulgada em 19 de dezembro de 2000, estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Esta lei é um marco importante na garantia dos direitos desses indivíduos, buscando eliminar barreiras e criar um ambiente mais inclusivo e acessível. (BRASIL,2000)
Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU) - Decreto nº 6.949/2009.	No artigo 27 - Direito ao trabalho e emprego das pessoas com deficiência.
Lei nº 12764/2012	Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA), destacando a importância de estimular a inserção da pessoa com TEA no mercado de trabalho.

¹⁶ https://en.wikipedia.org/wiki/Voting_Accessibility_for_the_Elderly_and_Handicapped_Act.

¹⁷ <https://www.britannica.com/topic/Fair-Housing-Act>.

¹⁸ <https://www.transportation.gov/airconsumer/passengers-disabilities>.

¹⁹ <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK11418/>

Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) ou Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.	Regulamenta os direitos das pessoas com deficiência em várias áreas, incluindo a social e a profissional, e proíbe a restrição ao trabalho das pessoas com deficiência e qualquer discriminação em razão de sua condição.
--	---

Fonte: Andrade (2024)

Vale destacar as legislações para compreender que não é a falta de amparo para mudar os contextos sociais que fazem, por si só, as mudanças acontecerem, em prol da inclusão e acessibilidade, mas o quanto os atores que estão inseridos no processo possuem uma mentalidade não normativa.

Diante dos dados apresentados podemos observar que a maior predominância nos estudos é dos EUA, foi localizado apenas um estudo brasileiro que atendesse os critérios da pesquisa. Contudo, observa-se a aproximação do debate com a área da educação.

Os 07 estudos convites são considerados como dados secundários, pois demonstram que a Tecnologia Assistiva está presente nos debates a respeito do conceito de Fadiga de Acesso, contudo, não foram aprofundados por eles. Para elucidar, serão apresentados os trechos encontrados nos referidos estudos.

Quadro 8 - Estudos convite

Autor(a)	Ano Tipo de estudo Instituição	Título do trabalho
Courtney Caputo	2024 Dissertação Universidade Estadual do Arizona	An Ecological Model of Rhetorical Fatigue Examining the Relational Nature of Accommodation Negotiations in DisabilityResource Centers Um modelo ecológico da fadiga retórica: Examinando a natureza relacional das negociações de acomodação em centros de Recurso para pessoas com deficiência
Kelly Fritsch	2024 Capítulo de livro	Livro - Reading the Room : Lessons on Pedagogy and Curriculum from the Gender and Sexuality Studies Classroom. Lendo o Ambiente: Lições sobre Pedagogia e Currículo a partir da Sala de Aula de Estudos de Gênero e Sexualidade , no capítulo “Desiring Disability in Our Learning CommunitiesFostering a Crip Culture of Access” Desejando a deficiência em nossa Comunidades de Aprendizagem: Promovendo uma cultura de acesso.
Kerri Rinaldi e Rebecca Spiegel	2023 Artigo	“Disrupting Habits: Modifying Writing Center Processes in Pursuitof Disability Justice” Rompendo hábitos: modificando os processos de centro de redação em busca da justiça para deficientes
Kate F. Mittendorf	2024 Artigo	“Reimagining Access: Critical Examination o fBarriersto Full STEM Workforce Participation for Disabled Individuals !” Reimaginando o acesso: análise crítica das barreiras à plena participação da força de trabalho em STEM Pessoas com deficiência!

Autor(a)	Ano Tipo de estudo Instituição	Título do trabalho
Corinne Lajoie	2022 Artigo	“The Problems of Access: A Crip Rejoinder via the Phenomenology of Spatial Belonging” Os problemas de Acesso: Uma réplica CRIP através da Fenomenologia da Pertença Espacial
Gracen Brilmyer	2022 Artigo	“They Weren’t Necessarily Designed with Lived Experiences of Disability in Mind” Eles não foram necessariamente projetados com experiências vividas de Deficiência em Mente
Daniela Aidley, Kriss Fearon	2021 Livro	‘Doing Accessible Social Research: A Practical Guide’ Como realizar pesquisas sociais acessíveis: um guia prático

Fonte: Elaborado pela autora

A pesquisa de Courtney Caputo (2024), investigar as interações relacionadas ao acesso, problematiza as respostas das partes envolvidas com o acesso ao entrar em contato com a Tecnologia Assistiva. Analisa como o centro de recursos para deficientes da Arizona State University, Serviços de Acessibilidade ao Estudante e Aprendizagem Inclusiva (SAILS), impacta a fadiga de acesso entre alunos com deficiência.

Apresenta na nota de rodapé número 8 “Embora a maior parte desta tese se concentre em interações que podem ser claramente classificadas como negociações de acomodação, esta seção discute algumas conversas entre as partes interessadas que se relacionam mais a temas gerais de acesso ou deficiência, como as respostas das partes interessadas ao ver alguém usar tecnologia assistiva. Eu uso o termo “interações relacionadas ao acesso” para descrever essas situações.” (2024,p. 61).

O estudo apresentado analisa a interação de pessoas com deficiência e sem deficiência ao interagirem com os Serviços de apoio para estudantes com deficiência, serviço semelhante ao Núcleo de inclusão e acessibilidade no Brasil. A única menção no texto ao termo Tecnologia Assistiva ocorre na nota de rodapé mencionada anteriormente. Contudo, ao analisarmos o objeto de estudo da pesquisa de Caputo identificamos que o SAILS é uma Tecnologia Assistiva em formato de serviço que está ligado aos centros de recursos para pessoas com deficiência (DRCs) que se tornaram onipresentes no ambiente universitário. A pesquisa (dissertação) examina como a presença institucional das RDCs média as experiências de alunos com deficiência e conclui que esses serviços têm capacidades de transferência de encargos e de moldagem cultural que podem reduzir fadiga de acesso dos alunos, mas para se beneficiarem dessas possibilidades, os alunos devem primeiro se envolver em

performances corporais potencialmente fatigantes e navegar pelas ecologias inconsistentes nestes espaços. Também aponta que serviços são projetados em resposta ao desajustamento, mas constroem normas que causam outras formas de desajustamento e acabam sendo pouco procurados pelos recém-chegados na universidade.

Kelly Fritsch (2024) ao citar “convidar ao envolvimento com a diferença, abraçar a relacionalidade desconhecida, exercer uma noção de agência que inclui deficiência e uso de tecnologia assistiva, e adoção e transferência de práticas orientadas ao acesso de uma situação para outra” (Konrad, 2021, p.196), a referida menção vem para corroborar que a ideia de libertação pode ser promovida pela criação intencional de abertura.

A mesma citação é apresentada no artigo de Kerri Rinaldi e Rebecca Spiegel (2023) *“Disrupting Habits: Modifying Writing Center Processes in Pursuit of Disability Justice”* (Rompendo hábitos: modificando os processos de centro de redação em busca da justiça para deficientes).

Vale destacar que os estudos de Konrad sobre a *intencionalidade de abertura* apontam o uso da tecnologia assistiva pelas pessoas com deficiência na relação com o outro por meio do convite ao envolvimento com a diferença.

Kate F. Mittendorf (2024) no artigo *“Reimagining Access: Critical Examination of Barriers to Full STEM Workforce Participation for Disabled Individuals”* (Reimaginando o acesso: análise crítica das barreiras à plena participação da força de trabalho em STEM Pessoas com deficiência) menciona o trabalho Criando uma Cultura de Acessibilidade nas Ciências (Sukhai e Mohler, 2017) que em um de seus capítulos aborda Tecnologia Assistiva para o laboratório. Ao abordar no estudo o processo de seleção de candidatos considerando a cultura de acessibilidade, novamente, menciona na caixa de perguntas (Infraestrutura pré-emprego: exemplos de considerações importantes) como item: O portal do aplicativo em si deve ser totalmente acessível, inclusive para pessoas que usam tecnologia assistiva.

No artigo, *“The problems of access: a crip rejoinder via the phenomenology of spatial belonging”* (Os problemas de acesso: uma réplica crip através da fenomenologia da pertença espacial) (2022) da pesquisadora Corinne Lajoie, publicado na Revista da Associação Filosófica América, Cambridge University Press, ao argumentar a respeito do processo de acomodação das pessoas com deficiência

para o acesso pontua que, “tecnologias adaptativas permanecem inacessíveis se exigirem sacrifícios financeiros consideráveis”(LAJOIE, 2022, p.325, tradução nossa).

Gracen Brilmyer (2022) no texto “*They weren’t necessarily designed with lived experiences of disability in mind*” (Eles não foram necessariamente projetados levando em consideração as experiências vividas por pessoas com deficiência), publicado no *The Journal of the Association of Canadian* ao argumentar que as barreiras de acesso aos arquivos, não são exclusivas para pessoas com deficiência. Aponta que as pessoas com deficiência têm despesas prioritárias, como cuidadores, Tecnologia Assistiva, contas médicas, entre outras.

No livro *Doing accessible social research: a practical guide*, de Daniela Aidley, Kriss Fearon (2021), apontam que a tecnologia assistiva aparece como recurso em caso de que tenha solicitação de acesso a dados estatísticos, no site da NOS, pode enfrentar a barreira de falta de acessibilidade. Contudo, é possível solicitar via endereço eletrônico, mas esse movimento pode representar um trabalho extra para os usuários de Tecnologia Assistiva.

Diante dos estudos apresentados na pesquisa é possível perceber que novos caminhos para pensar o tema das pessoas com deficiência são colocados no debate, quem dá o tom para as nomenclaturas a serem utilizada por esse grupo social, são sua própria comunidade que reivindicam que “Aleijar é abrir o desejo por, como, e o que a deficiência perturba” (Fritsch, 2024, p. 53), descolonizar, mutilar, deformar e contundir o pensamento hegemônico e capacitista (Mello *et al.*, 2020).

No processo de desnaturalizar relações normativa, capacitistas, ressignificar a forma de criar, aprender, ensinar, colaborar, transformar juntos para o acesso coletivo (Fritsch, 2024). É no silenciamento dos nossos saberes para possibilitar novos arranjos de conhecimentos a partir da manifestação ativa do outro. Uma interdependência possibilita não saber tudo, possibilita criar caminhos conjuntamente para que o outro não se fadigue na tentativa de acesso pleno. É nos posicionar a partir do nosso lugar de fala no debate, não para definir o outro, mas nos rever nas nossas ignorâncias.

3.5 CONCLUSÃO DA REVISÃO DE ESCOPO

Os estudos selecionados nos provocam a pensar dimensões relevantes para o campo Tecnologia Assistiva considerando o enfrentamento à Fadiga de Acesso, a

urgência em implementar o Desenho universal, a Justiça social e Acesso, três dimensões que perpassam os debates estudados e que podem ser um caminho a ser seguido para a criação e desenvolvimento de Tecnologia Assistiva.

Diante do exposto, nos dados secundários, demonstrados pelos estudos convites, debates que envolvem Tecnologia Assistiva e Fadiga de Acesso encontram-se no radar dos pesquisadores, contudo, ainda não configuram como objetos centrais das pesquisas, neste sentido, a proposta desta pesquisa mostra-se relevante, pois vai ao encontro dos debates timidamente iniciados.

Considerando a adequação dos termos de busca para atender ao objetivo do estudo, e as limitações encontradas inicialmente em localizar o termo Fadiga de Acesso nos estudos de tecnologia assistiva, apontamos que estudos relevantes podem não ter sido localizados por estarem em idiomas diferentes dos buscado, bem como em base de dados que não foram investigadas. Devido os estudos serem de abordagens em áreas e metodologias diversas, foi difícil padronizar a extração dos dados para uma apresentação de resultados de forma objetiva e precisa.

A relevância da pesquisa está em contribuir com estudo que ajude a pensar a respeito do projeto de sociedade que foi forjado aos passos da segregação, consequência devastadora presente até os dias atuais, pois garantiu o privilégio de acesso para corpo normativos, deixando assim, as pessoas com deficiência à margem, por muito tempo. Neste sentido vale pensar o privilégio de acesso que constituiu a sociedade numa lógica da “normalidade”.

A inacessibilidade e as práticas excludentes isolam as pessoas com deficiência. Quando pessoas com deficiência estão isoladas - literalmente escondidas em casas, segregadas de salas de aula e oficinas apoiadas — elas estão ausentes da consciência pública” (Willers, 2025, p. 5, tradução nossa).

Reconhecer a arbitrariedade e intencionalidade para manutenção da ordem resultando desta lógica, normalidade, deixa a carga da exceção a luta por mudanças, equação forjada aos moldes perversos da estratificação de grupos sociais operantes nos mecanismos discriminatórios. Se observado o fenômeno, a partir das lentes emprestadas, do poder simbólico, apresentado por Pierre Bourdieu(1989), daríamos conta que, a lógica da normalidade/normatização da vida, nada mais é que, o poder invisível factível num sistema simbólico que norteia as funções sociais e a abrangência e limitações de determinados corpos dentro de uma estrutura social, reproduz os instrumentos de dominação por meio da ideologia.

A ideologia que coloca as minorias como exceção, contribui para uma cultura dominante. A mesma cultura que vende a falsa ideia de acessibilidade como algo possível, mas não renuncia ao seu privilégio de acesso e assume a responsabilidade de mudança, deixando a cargo dos grupos vulneráveis a luta por transformações sociais.

O poder simbólico, poder subordinado, é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder: só se pode passar para além da alternativa dos modelos energéticos que descrevem as relações sociais como de força e dos modelos cibernéticos que fazem delas relações de comunicação, na condição de se descreverem as leis de transformação que regem a transmutação das diferentes espécies de capital em capital simbólico e, em especial, o trabalho de dissimulação e de transfiguração (numa palavra, de *eufemização*) que garante uma verdadeira transubstanciação das relações de força fazendo ignorar-reconhecer a violência que elas encerram objetivamente e transformando-as assim em poder simbólico, capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio aparente (Bourdieu, 1989, p. 15).

O poder simbólico garante a correlação de forças e resulta desta as violências que muitas vezes são invisíveis, recorrentes das forças atuantes nas relações de uma forma legitimada e como parte de uma cultura consolidada.

Se uma pessoa não precisa se preocupar em instrumentalizar um agente do Estado, por exemplo, na busca por acesso ao serviço público, mostra que tem privilégio a partir da normatização: o que pode ser chamado de “privilégio de acesso”, herdado historicamente por uma condição social normativa.

Esta é uma violência aos corpos e às subjetividades das pessoas com deficiência que precisam criar uma forma de “convencer” que precisa de determinados recursos para sua acessibilidade e inclusão. Ou ainda, experienciam a “Intimidade Forçada” que é a maneira que as pessoas com deficiência precisam construir e manter intimidade emocional e relacionamentos para obter acesso (Mingus, 2022).

O que refletimos aqui é um pacto da normatização, onde algumas pessoas não precisam de Tecnologia Assistiva para se incluir no espaço, ou ter acesso a recursos e serviços, reagem com indiferença e descaso em transformar o ambiente verdadeiramente inclusivo, para aquelas que necessitam. Esses são alguns dos grandes desafios de romper com a lógica de normatização da vida.

Assim como no racismo não é responsabilidade das pessoas negras desconstruir a herança deixada para os não-negros por meio do privilégio da

branquitude²⁰, compete às pessoas não-deficientes romper com a herança do privilégio de acesso. Se existem oprimidos, existem opressores. Se existem pessoas que sofrem com as barreiras sociais de acessibilidade, existem pessoas que se beneficiam de tais barreiras.

Trata-se de uma opressão estrutural, onde há urgência de reconhecê-la e enfrentá-la efetivamente. Quem exerce esse papel? Como reconhecer o lugar de reprodutores de opressão? Quem os faz por não questionar seu lugar de privilégio contribui com a manutenção da ordem de opressão.

Se sou uma pessoa não-deficiente e não tenho a preocupação no acesso, este privilégio é fruto do genocídio, apagamento e exclusão, das pessoas com deficiência ao longo dos séculos, que resultou na construção de uma sociedade normatizada. Contudo, não podemos perder de vista que todos podemos em alguma fase da vida experimentar a redução de mobilidade e/ou tornar pessoas com deficiência, ao longo da vida.

Sendo assim, a proposta é analisar os atravessamentos no tema, o que nos incuba a responsabilidade de buscar estratégias para romper com as estruturas opressivas da sociedade, a partir da construção de novos saberes que possibilitem a construção de uma nova ordem social, pautada em princípios que já nos alertava Rosa Luxemburgo que devemos lutar por uma “socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres”²¹.

²⁰ Ver Pacto da Branquitude -Cida Bento.

²¹ https://litci.org/pt/2019/02/17/rosa-luxemburgo-por-um-mundo-onde-sejamos-socialmente-iguais-humanamente-diferentes-e-totalmente-livres/?utm_source=copylink&utm_medium=browser

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa por meio de sua abordagem exploratória identificou um debate emergente que coloca a Tecnologia Assistiva como instrumento de inovação e de transformação social, mas que precisa ser trabalhada para além da criação da autonomia das pessoas com deficiência, pois assim como ela pode transpor barreiras, por si só, não garante acessibilidade.

No estudo discurremos pelas dimensões que envolvem a compreensão do conceito de deficiência e suas perspectivas teóricas e epistêmica. Abordamos o papel da educação no processo de transformação social das pessoas com deficiência no contexto brasileiro. Discorremos a respeito do papel das políticas públicas na garantia de justiça social e participação. Identificamos como o protagonismo das pessoas com deficiência vem promovendo avanços significativos nas pautas de inclusão e acessibilidade.

. Diálogamos com autores clássicos como Foucault, Diniz e Sassaki e com contemporâneos como Gesser, Konrad, Caputo e Mello, o que foi possível perceber é que o debate que envolve as pessoas com deficiência não se esgotou ao longo dos anos. Contudo, avançamos quando saímos da narrativa única e passamos a perceber que o debate tem lugar de fala para todos os envolvidos, sejam pessoas com deficiência ou não.

Neste sentido, poder ouvir e falar a respeito do tema traz argumentos para compreendermos que há uma hierarquização através da ausência de fadiga no acesso para determinados grupos sociais no tocante a recursos básicos, como: transporte público, segurança pública, direito à cidade, educação e saúde.

O que estamos observando a partir do conceito Fadiga de acesso é que a normalização da vida, deixou uma herança social, pois com o extermínio das pessoas com deficiência no período pré-contemporâneo, criamos uma sociedade restritiva e normalizada em padrões socialmente aceitos. Se as ruas não têm acessibilidade, o que estamos diretamente fazendo é isolando determinados grupos sociais ao acesso básico de ir e vir.

À vista disso, o presente estudo demonstrou como o conceito Fadiga de Acesso tem subsidiado reflexões em diversos objetos de pesquisa, inclusive apontando as tecnologias como elemento de análise.

A pesquisa desenvolvida propiciou uma ampliação na compreensão a respeito do conceito estudado e dos atravessamentos que se apresentam nas discussões que dialogam com este. Se apropriar desta denúncia é entrar em movimento e possibilitar usar recursos como a Tecnologia Assistiva para destruir as barreiras para inclusão e criar pontes para construção de uma mentalidade inclusiva.

É pertinente articularmos contextos que ampliem as possibilidades de denúncias e queixas apresentadas de forma individual, pois estamos falando de microagressões, mesmo que não intencional, apesar de escolhermos cotidianamente não pensarmos a respeito dos ambientes que frequentamos ou criamos, estamos diretamente fortalecendo os espaços de opressão e marginalização. É necessário desarticular as estruturas opressoras e reconstruir novas formas de construir estruturas sociais, assim como as estruturas opressivas são criadas, elas também podem ser destruídas, as mesmas mentalidades que criam, têm o dever de desconstruir. A mentalidade acessível é uma alternativa, pautada na construção coletiva, romper com abordagens pontuais e individualizadas, contudo, estruturantes, não só a força da lei transforma, mas a mudança cultural para uma perspectiva que envolve o acesso transformador para todos, sem distinção.

No tocante ao conceito de Fadiga de acesso e a Tecnologias Assistivas vale considerar a urgência de analisar na construção de produto/serviços as dimensões emocionais e retórica que envolvem o processo de acesso aos meios para inclusão. A análise a partir das ecologias retóricas envolve perspectivas e trabalhos que se relacionam para enfrentar os desafios para a acessibilidade.

Por sua vez, a criação de Tecnologia Assistiva que possibilite a diminuição do processo repetitivo para o acesso pode e deve ser campo de estudo para a área como parte indissociada, viabilizando assim a construção de modelos de solicitação de acesso que evitem as inúmeras repetições em cada departamento das instituições. Recurso que também pode ser pensado em nível interinstitucional como um recurso educacional que pode acompanhar a pessoa com deficiência em todo seu processo de escolarização.

É fundamental um letramento para acessibilidade, em especial para a compreensão das Tecnologias Assistivas, pois estamos avançando no nível de recursos, mas estamos trazendo a responsabilidade das pessoas sem deficiência para uma reparação histórica.

É inaceitável esperar que as pessoas que estão em situação de vulnerabilidade ou que tenham deficiência e/ou necessidades específicas tenham que sempre fazer o papel de ativista por suas causas e por uma sociedade melhor e inclusiva. Precisamos lutar para desconstruir a ideia de normalidade, orquestrada pela supremacia das pessoas sem deficiência, e que a exceção deve buscar meios para poder ter funcionalidades diversas e que não seja vistas como exceção.

O presente trabalho propõe romper com o lugar de normatização da vida e se colocar no lugar de comunicar com aqueles que cotidianamente buscam o mínimo para um acesso digno no processo de viver em sociedade.

5.1 INDICAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

Os apontamentos da pesquisa nos levam a perceber que há necessidade de estudos para compreender e investigar:

- a) O privilégio de acesso das pessoas sem deficiência.
- b) Impacto dos marcadores sociais da diferença no acesso a Tecnologias Assistiva no contexto brasileiro.
- c) Como os gestores públicos percebem o processo de fadiga de acesso na construção de políticas sociais para inclusão no espaço universitário?
- d) Como os usuários de Tecnologia Assistiva impactam suas experiências com a Fadiga de acesso?
- e) Analisar a interseccionalidade como fator que impacta o acesso à Tecnologia Assistiva e aprofunda o fenômeno de Fadiga de Acesso.

REFERÊNCIAS

AMATO, B.; FERRARI DE CARVALHO, L.; GESSER, M. As teorias queer e crip no rompimento das epistemologias hegemônicas da Psicologia. **Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology**, San Juan, v. 56, n. 3, p. 1-20, set./dez. 2022.

AMIRALIAN, M. L. T.; PINTO, E. B.; GHIRARDI, M. I. G.; LICHTIG, I.; MASINI, E. F. S.; PASQUALIN, L. Conceituando deficiência. **Revista de Saúde Pública**, v. 34, n. 1, p. 97-103, 2000.

ARKSEY, H.; O'MALLEY, L. Scoping studies: towards a methodological framework. **International Journal of Social Research Methodology**, v. 8, n. 1, p. 19-32, 2005. DOI: 10.1080/1364557032000119616.

AIDLEY, D.; FEARON, K. **Doing accessible social research**: a practical guide. Bristol: Policy Press, 2021.

BARBOSA-FOHRMANN, A. P. Os modelos médico e social de deficiência a partir dos significados de segregação e inclusão dos discursos de Michel Foucault e de Martha Nussbaum. **REI – Revista Estudos Institucionais**, v. 2, n. 2, p. 736-755, 2017. DOI: 10.21783/rei.v2i2.76. Disponível em: <https://estudosinstitucionais.emnuvens.com.br/REI/article/view/76>. Acesso em: 9 jun. 2025.

BRASIL. Advocacia-Geral da União. **CNJ unifica critérios para concessão de BPC a pessoa com deficiência**. Brasília, DF, 4 ago. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/agu/pt-br/comunicacao/noticias/cnj-unifica-criterios-para-concessao-de-bpc-a-pessoa-com-deficiencia>. Acesso em: 14 nov. 2025.

BRASIL. **Decreto n. 3.956, de 8 de outubro de 2001**. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Brasília, DF, 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm. Acesso em: 14 nov. 2025.

BRASIL. **Decreto n. 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis n. 10.048, de 8 de novembro de 2000, e n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF, 3 dez. 2004.

BRASIL. **Decreto n. 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, DF, 18 nov. 2011.

BRASIL. **Lei n. 10.048, de 8 de novembro de 2000**. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10048.htm. Acesso em: 14 nov. 2025.

BRASIL. **Decreto n. 10.645, de 11 de março de 2021.** Regulamenta o art. 75 da Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015, para dispor sobre as diretrizes, os objetivos e os eixos do Plano Nacional de Tecnologia Assistiva. Brasília, DF, 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/decreto/D10645.htm. Acesso em: 6 jan. 2025.

BRASIL. **Decreto n. 11.793, de 23 de novembro de 2023.** Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Novo Viver sem Limite. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11793.htm. Acesso em: 14 nov. 2025.

BRASIL. **Decreto n. 11.797, de 27 de novembro de 2023.** Dispõe sobre o Serviço de Identificação do Cidadão e sobre a governança da identificação das pessoas naturais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, institui a Câmara-Executiva Federal de Identificação do Cidadão – Cefic. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11797.htm. Acesso em: 14 nov. 2023.

BRASIL. **Decreto n. 12.686, de 20 de outubro de 2025.** Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Brasília, DF: Presidência da República, 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/d12686.htm. Acesso em: 14 nov. 2025.

BRASIL. **Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF, 30 ago. 2012.

BRASIL. **Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. **Lei n. 13.409, de 28 de dezembro de 2016.** Altera a Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13409.htm. Acesso em: 14 nov. 2025.

BRASIL. **Lei n. 5.465, de 3 de julho de 1968.** Dispõe sobre o preenchimento de vagas nos estabelecimentos de ensino agrícola. Brasília, DF: Presidência da República, 1968. (Revogada pela Lei n. 7.423, de 17 de dezembro de 1985).

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Plano nacional dos direitos da pessoa com deficiência:** 2011-2014. Brasília, DF: MDS, 2011.

BRASIL. **Programa Incluir.** Documento orientador Programa Incluir: acessibilidade na educação superior. Brasília, DF: SECADI/SESu, 2013.

BRASIL. Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Comitê de Ajudas Técnicas. **Tecnologia assistiva**. Brasília, DF: CORDE, 2009. 138 p.

BERSCH, R. **Introdução à tecnologia assistiva**. Porto Alegre: Assistiva – Tecnologia e Educação, 2017. Disponível em: https://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf. Acesso em: 10 out. 2022.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRILMYER, G. “Eles não foram necessariamente projetados levando em consideração as experiências vividas de pessoas com deficiência”: o efeito da acessibilidade/inacessibilidade arquivística e do pertencimento/despertencimento espacial “emocionalmente dispendioso”. **Archivaria**, n. 94, p. 120-153, 2022. Disponível em: <https://www.erudit.org/en/journals/archivaria/2022-n94-archivaria07550/1094878ar/abstract/>. Acesso em: 7 jul. 2025.

CALHEIROS, D. S.; MENDES, E. G.; LOURENÇO, G. F. Considerações sobre a tecnologia assistiva no cenário educacional brasileiro. **Revista Educação Especial**, v. 31, n. 60, p. 229-244, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=313154906018>. Acesso em: 3 maio 2025.

CAPUTO, C. **An ecological model of rhetorical fatigue examining the relational nature of accommodation negotiations in disability resource centers**. 2024. 89 f. Dissertação (Master of Arts) – Arizona State University, 2024.

CAMPBELL, F. A. K. Inciting legal fictions: “disability’s” data with oncology and the ableist body of the law. **Griffith Law Review**, v. 10, n. 1, p. 42-62, 2001.

CRENSHAW, K. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, 2004.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

CORRÊA, Pedro Henrique. Inclusão social no capitalismo: uma análise de economia política sobre a pertença individual ao modo de produção capitalista e sua relação com a deficiência. 2022. 185 f. **Tese (Doutorado em Saúde Coletiva)** - Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

DE ABREU, G. V.; CÉSAR, J. M.; CRUCES CUEVAS, M. R. CONTRIBUIÇÕES DO MODELO FEMINISTA NOS ESTUDOS DA DEFICIÊNCIA PARA UMA PERSPECTIVA DE PRÁTICA INCLUSIVA EDUCACIONAL BASEADA NA INTERDEPENDÊNCIA. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, [S. l.], v. 15, n. 3, p. 1–16, 2020. Disponível em: http://periodicos.ufsj.edu.br/revista_ppp/article/view/e3556. Acesso em: 03 dez. 2025.

DINIZ, D. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

DINIZ, D.; BARBOSA, L.; SANTOS, W. R. dos. Deficiência, direitos humanos e justiça. Sur. **Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 6, n. 11, 2009. DOI: 10.1590/S1806-64452009000200004.

DISABLED WORLD. **Modelos de deficiência**: tipos e definições. 10 set. 2010. Última revisão: 23 abr. 2025. Disponível em: <https://www.disabled-world.com/definitions/disability-models.php>. Acesso em: 27 maio 2025.

BRASIL. **Estatuto da pessoa com deficiência**. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2015. 65 p. Conteúdo: Lei n. 13.146/2015. ISBN 978-85-7018-634-8.

FELIPE, J. P. Inclusão nas novas instituições de ensino. In: ZIMERMAN, A. (org.). **Ações afirmativas e a educação para pessoas com deficiência**. Santo André: Universidade Federal do ABC, 2013.

FARIAS, N.; BUCHALLA, C. M. A Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 8, n. 2, p. 187-193, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/grJnXGSLJSrbRhm7ykGcCYQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 4 ago. 2005.

FRANÇA, T. H. A normalidade: uma breve introdução à história social da deficiência. **Revista Brasileira de História & Ciência Social**, v. 6, n. 11, 2024. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10550/6892>. Acesso em: 18 maio 2025.

FOSTER, E. D.; DEARDORFF, A. Open Science Framework (OSF). **Journal of the Medical Library Association**, v. 105, n. 2, p. 203-206, 2017. DOI: 10.5195/jmla.2017.88.

FORESTI, T.; BOUSFIELD, A. B. S. A compreensão da deficiência a partir das teorias dos modelos médico e social. **Revista Psicologia Política**, v. 22, n. 55, p. 654-667, 2022. ISSN 1519-549X. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=9065880>. Acesso em: 24 set. 2025.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 14. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FOUCAULT, M. **Os anormais**: curso no Collège de France: 1974-1975. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRITSCH, K. Desiring disability in our learning communities: fostering a crip culture of access. In: **Reading the room: lessons on pedagogy and curriculum from the gender and sexuality studies classroom**. Montreal, 2024. p. 45-60. Disponível em:

https://spectrum.library.concordia.ca/id/eprint/994834/1/kouri-towe_lr.pdf#page=63. Acesso em: 9 maio 2025.

GARCIA, J. C. D.; ITS BRASIL (orgs.). **Livro branco da tecnologia assistiva no Brasil**. São Paulo: ITS Brasil, 2017.

GATTÁS, M. L. B.; FUREGATO, A. R. F. Interdisciplinaridade: uma contextualização. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 19, n. 3, 2006. DOI: 10.1590/S0103-21002006000300011. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ape/a/zcxLWkprCCXBFcg5qfYcp/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 16 jun. 2025.

GALVÃO FILHO, T. A. A tecnologia assistiva: de que se trata? In: MACHADO, G. J. C.; SOBRAL, M. N. (orgs.). **Conexões: educação, comunicação, inclusão e interculturalidade**. Porto Alegre: Redes Editora, 2009. p. 207-235.

GALVÃO FILHO, T. A. *et al.* Conceituação e estudo de normas. In: Brasil.

Tecnologia assistiva. Brasília, DF: Comitê de Ajudas Técnicas/SEDH/PR, 2009. p. 13-39. Disponível em: http://www.galvaofilho.net/livro-tecnologia-assistiva_CAT.pdf.

Acesso em: 11 out. 2022.

GESSER, M. et al. Capacitismo nas trajetórias educacionais e a produção da fadiga de acesso. **Revista Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 49, e141797, 2024.

GESSER, M.; BLOCK, P.; MELLO, A. G. Estudos da Deficiência: interseccionalidade, anticapacitismo e emancipação social.. In: GESSER, M.; BOCK, G.L.K; LOPES, P. H. **Estudos da Deficiência: anticapacitismo e emancipação social**. 1. ed. Curitiba: CRV, 2020. v. 1, cap. 1, p. 17-35. ISBN 978-65-5868-468-8. *E-book*.

Gaigher, L.A. Participação de crianças e familiares no cuidado em saúde mental: um grupo GAM no CAPS I de Vitória-ES. (2018) **Dissertação de mestrado**, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

GOMES, J. B. A recepção do instituto da ação afirmativa pelo Direito Constitucional brasileiro. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, a. 38, n. 151, jul./set. 2001.

HIRANO, L. F. K. Marcadores sociais das diferenças: rastreando a construção de um conceito em relação à abordagem interseccional e a associação de categorias. In: HIRANO, L. F. K.; ACUÑA, M.; MACHADO, B. F. (orgs.). **Marcadores sociais das diferenças: fluxos, trânsitos e intersecções**. Goiânia: Imprensa Universitária, 2019. p. 27-54. (Coleção Diferenças). Disponível em:

<https://portaldelivros.ufg.br/index.php/cegrafufg/catalog/view/14/165/712>. Acesso em: 7 jul. 2025.

HWANG, E. Crippling online learning space designs for collective access. **Journal of Cultural Research in Art Education**, v. 40, n. 1, p. 13-31, 2023. DOI: 10.2458/jcrae.5536. Disponível em:

<https://journals.librarypublishing.arizona.edu/jcrae/article/id/5536/>. Acesso em: 10 ago. 2025.

IBGE. **Censo demográfico 2022**: pessoas com deficiência e pessoas diagnosticadas com transtorno do espectro autista: resultados preliminares da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2025.

IBGE. **Pessoas com deficiência têm menor acesso à educação, ao trabalho e à renda**. Agência IBGE Notícias, 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37317-pessoas-com-deficiencia-tem-menor-acesso-a-educacao-ao-trabalho-e-a-renda>. Acesso em: 9 jun. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da violência 2025**. Brasília, DF: Ipea; São Paulo: FBSP, 2025. Coordenadores: Daniel Cerqueira, Samira Bueno. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2025/05/atlas-violencia-2025.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2025.

KLAZURA, M. A.; FOGAÇA, V. H. B. Pessoa com deficiência entre o modelo biomédico e o modelo biopsicossocial: concepções em disputa. **Revista Dialnet**, v. 21, n. 1, 2021. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7998420>. Acesso em: 8 jul. 2025.

KONRAD, A. **Arguing for access**: everyday rhetorical labor of disability. 2018. 201 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – University of Wisconsin-Madison, Madison, 2018.

KONRAD, A. M. Access fatigue: the rhetorical work of disability in everyday life. **College English**, v. 83, n. 3, p. 21-, 2021. Disponível em: <https://publicationsncte.org/docserver/fulltext/ce/83/3/collegeenglish31093.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2025.

LAJOIE, C. Os problemas de acesso: uma réplica crip por meio da fenomenologia do pertencimento espacial. **Journal of the American Philosophical Association**, v. 8, n. 2, p. 318-337, 2022. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/journal-of-the-american-philosophical-association/article/problems-of-access-a-crip-rejoinder-via-the-phenomenology-of-spatial-belonging/F4E1E2D187A968F5ACB9C75D7073F75E>. Acesso em: 8 set. 2025.

LARA, P. T.; SEBASTIAN-HEREDERO, E. Organização do acesso e permanência das pessoas com deficiência no ensino superior a partir da instauração do Programa Incluir. **Revista Online de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 24, n. esp. 2, p. 1137-1164, set. 2020. DOI: 10.22633/rpge.v24iesp2.14337.

LEITE, J. de C.; CARMO, T. do. Metodologia mista. In: JÚNIOR, C. A. de O. M.; BATISTA, M. C. (orgs.). **Metodologia da pesquisa em educação e ensino de ciências**. 2. ed. Ponta Grossa, PR: Atena, 2023. p. 31-40.

MANZINI, E. J. Inclusão e acessibilidade. **Revista da Sobama**, v. 10, n. 1, p. 31-36, 2005.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MELLO, A. G.; GAVÉRIO, M. A.; VON DER WEID, O.; AYDOS, V. **Contracartilha de acessibilidade**: reconfigurando o corpo e a sociedade. Brasília; São Paulo; Rio de Janeiro: ABA; ANPOCS; UERJ; ANIS; CONATUS; NACI, 2020.

MELLO, A. G.; NUERNBERG, A. H.; BLOCK, P. Não é o corpo que nos discapacita, mas sim a sociedade: a interdisciplinaridade e o surgimento dos estudos sobre deficiência no Brasil e no mundo. *In*: SCHIMANSKI, E.; CAVALVANTE, F. G. (orgs.). **Pesquisa e extensão**: experiências e perspectivas interdisciplinares. Ponta Grossa: UEPG, 2014. p. 91-118.

MELLO, A. G. de; AYDOS, V.; SCHUCH, P. Aleijar as antropologias a partir das mediações da deficiência. **Horizontes Antropológicos**, v. 28, n. 64, p. 7-29, 2022. DOI: 10.1590/S0104-71832022000300001.

MELLO, L. S.; CABISTANI, L. G. Capacitismo e lugar de fala: repensando barreiras atitudinais. **Revista da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 23, p. 118-139, 2019. Disponível em: <https://revista.defensoria.rs.def.br/defensoria/article/view/112>. Acesso em: 2 set. 2025.

KARLSSON, M. M.; RYDSTRÖM, J. Teoria crip: uma ferramenta útil para análise social. **NORA – Revista Nórdica de Pesquisa Feminista e de Gênero**, v. 31, n. 4, p. 395-410, 2023. DOI: 10.1080/08038740.2023.2179108.

MINGUS, M. **Forced intimacy**: an ableist norm. Leaving Evidence, 2017. Disponível em: <https://leavingevidence.wordpress.com/2017/08/06/forced-intimacy-an-ableist-norm/>. Acesso em: 7 ago. 2025.

MITTENDORF, K. F. **Reimagining** access: critical examination of barriers to full STEM workforce participation for disabled individuals. [s.l.: s.n.], [s.d.]. Disponível em: https://nap.nationalacademies.org/resource/27245/Mittendorf_Reimagining_Access_Barriers_to_STEM_Workforce_for_Disabled_Individuals.pdf. Acesso em: 1 maio 2025.

MOURA, E. M. B. et al. Educação superior, inclusão e tecnologias assistivas. **Revista Educacional Interdisciplinar (Redin)**, v. 12, n. 1, 2023.

NEPOMUCENO, M. F.; ASSIS, R. M. de; CARVALHO-FREITAS, M. N. de. Apropriação do termo “pessoas com deficiência”. **Revista Educação Especial**, v. 33, e15, p. 1-27, 2020. DOI: 10.5902/1984686X43112.

WORLD HEALTH ORGANIZATION; UNITED NATIONS CHILDREN’S FUND. **Global report on assistive technology**. Geneva: WHO; UNICEF, 2022. Disponível em: <https://iris.who.int/handle/10665/354357>. Acesso em: 14 nov. 2025.

PEREIRA, R. Diversidade funcional: a diferença e o histórico modelo de homem-padrão. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 16, n. 3, p. 715-728, 2009. DOI: 10.1590/S0104-59702009000300009.

PETERS, M. D. J. et al. Revisões de escopo (2020). In: AROMATARIS, E.; LOCKWOOD, C.; PORRITT, K.; PILLA, B.; JORDAN, Z. (eds.). **Manual do JBI para síntese de evidências**. Adelaide: JBI, 2024. Disponível em: <https://synthesismanual.jbi.global>. DOI: 10.46658/JBIMES-24-09. Acesso em: 5 maio 2025.

PINA, L. D. Sociedade inclusiva: a face aparente do capitalismo em uma nova fase. **Filosofia e Educação**, Campinas, v. 2, n. 1, p. 127-149, 2010. DOI: 10.20396/rfe.v2i1.8635527. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rfe/article/view/8635527>. Acesso em: 5 jul. 2025.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Global report on health equity for persons with disabilities**. Geneva: WHO, 2022. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240063600>. Acesso em: 4 jul. 2025.

RINALDI, K.; SPIEGEL, R. Disrupting habits: modifying writing center processes in pursuit of disability justice. **WLN**, p. 15-23, 2023. Disponível em: <https://wac.colostate.edu/docs/wln/v47n4/rinaldi-spiegel.pdf>. Acesso em: 2 maio 2025.

SALVADOR, P. T. C. O. *et al.* Contribuições da scoping review na produção da área da saúde: reflexões e perspectivas. **Revista Enfermagem Digital Cuidar e Promoção da Saúde**, v. 6, p. 1-8, 2021. DOI: 10.5935/2446-5682.20210058.

SANDENBERG, L. F.; BUEGO, S. Cerca de um bilhão de pessoas com deficiência têm acesso negado a tecnologia assistiva. **Nações Unidas Brasil**, 17 maio 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/182189-cerca-de-um-bilh%C3%A3o-de-pessoas-com-defici%C3%Aancia-t%C3%AAm-acesso-negado-tecnologia-assistiva>. Acesso em: 8 maio 2025.

SASSAKI, K. R. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 4. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2002.

SASSAKI, R. K. Nada sobre nós, sem nós: da integração à inclusão – parte 1. **Revista Nacional de Reabilitação**, v. 10, n. 57, p. 8-16, jul./ago. 2007.

SILVA, V. C.; SILVA, W. S. Marcadores sociais da diferença: uma perspectiva interseccional sobre ser estudante negro e deficiente no ensino superior brasileiro. **Revista Educação Especial**, v. 31, n. 62, p. 569-585, 2018.

SILVA, J. S. **Da fadiga de acesso à tecnologia assistiva**: um protocolo para revisão de escopo. 2025. Open Science Framework (OSF). DOI: 10.17605/OSF.IO/P6R2B.

TORO, J.; RIETVELD, E.; KIVERSTEIN, J. **Andaimes incapacitantes**: a corporificação vivida da deficiência em um ambiente sociomaterial opressivo. *Topoi*, v. 44, p. 529-543, 2025. DOI: 10.1007/s11245-024-10132-w. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11245-024-10132-w>. Acesso em: 8 maio 2025.

WILLERS, H. **Bridging sectors, breaking barriers**: forming sustainable coalitions for accessibility and disability inclusion. 2025. 204 f. Tese (Doutorado) – Arizona State University, 2025.

APENDICE A - INFORMAÇÕES RELEVANTES FORAM SISTEMATIZADAS DA SEGUINTE FORMA

Título	Autor(es)	Ano de publicação	Tipo de estudo	Origem/país de origem	Objetivos/finalidade	Tamanho da população e da amostra dentro da fonte de evidência (se aplicável)	Metodologia / métodos	Tipo de intervenção, comparador e detalhes dos mesmos .	Resultados e detalhes destes (por exemplo, como medidos) (se aplicável)	Principais descobertas relacionadas à(s) pergunta(s) da revisão do escopo.
Bridging Sectors, Breaking Barriers: Forming Sustainable Coalitions for Accessibility and Disability Inclusion	Willers, Heidi	2025	Tese	Arizona (EUA)	Examinar como organizações do setor público, privado e sem fins lucrativos, de vários setores, liderados por uma organização de marketing de destino (DMO), envolver-se em ações de coalizão para promover experiências de usuário acessíveis e inclusivas em Mesa, Arizona, levando à designação da cidade como a primeira cidade certificada para autismo nos EUA	30 pesquisas de organizações, Acompanhamento de 12 pessoas, representante de 09 organizações, 04 pessoas Vinculadas a Organização de Marketing de Destino(DMO)	Estudo Quantitativo	Entrevista de acompanhamento	O estudo revela cinco fatores-chave que influenciam adoção organizacional de iniciativas de acessibilidade, sendo estes: (1) Nível de Conscientização Programática; (2) Grau de Sinergia entre Relacionamentos; (3) Percepção de Valor/Alinhamento de Valores; (4) Adequação ao Tipo Organizacional; e (5) Disponibilidade de Recursos Necessários	A tecnologia pode tanto facilitar quanto dificultar a acessibilidade. Ou seja, a tecnologia pode desempenhar um papel no fornecimento de acessibilidade, mas, por si só não é suficiente. Aponta que a incorporação de design inclusivo pode identificar barreiras de acesso e abordá-las, levando a uma maior acessibilidade.
Arguing for Access: Everyday Rhetorical Labor of Disability	Konrad, Annika	2018	Tese	Wisconsin (EUA)	Rotular, definir e teorizar o fardo do trabalho retórico que recai sobre os ombros das	19 pessoa com deficiência visual	Estudo Qualitativo	Entrevista semiestruturada	Os resultados deste estudo sugerem que a implementação do acesso colectivo envolve desafiar formas normativas de relacionamento e	A partir da experiência dos participantes da pesquisa, a autora argumenta a respeito do

Título	Autor(es)	Ano de publicação	Tipo de estudo	Origem/país de origem	Objetivos/finalidade	Tamanho da população e da amostra dentro da fonte de evidência (se aplicável)	Metodologia / métodos	Tipo de intervenção, comparador e detalhes dos mesmos .	Resultados e detalhes destes (por exemplo, como medidos) (se aplicável)	Principais descobertas relacionadas à(s) pergunta(s) da revisão do escopo.
					peessoas com deficiência. Ao construir teorias a partir do zero, pretendo dar aos leitores a oportunidade de vivenciar interações a partir da perspectiva de pessoas com deficiência.				ideias deficitárias para que a interdependência possa se tornar uma atividade criativa, forma flexível e colaborativa de relacionar e reimaginar tarefas entre pessoas, ferramentas e tecnologias no espaço e no tempo. As narrativas dos participantes deixam claro que atualmente não têm uma estrutura para a relacionalidade interdependente na vida social. Ao analisar as narrativas dos participantes de buscar acesso na vida social como pedagogias retóricas, descubro quatro condições necessárias para relacionalidade interdependente.	lugares-comuns tecnológicos ou crenças amplamente aceitas sobre as promessas e propósitos de tecnologia em relação à deficiência, estruturar situações retóricas de acesso e quando interrogados, eles revelam um pensamento capacitista sobre os modos de comunicação e recepção informação.
Access Fatigue: The Rhetorical Work of Disability in Everyday Life	Konrad, Annika	2021	artigo	EUA		22 entrevistas	Estudo Qualitativo	Entrevista semiestruturada	O resultado apresenta as quatro dimensões interconectadas da negociação de acesso que tornam o trabalho de acesso fatigante: o acesso requer (1) a invenção de um eu	As Tecnologias Assitivas localizam-se nos eixos de opressões e prevenção. As Tecnologias Assitivas localizam-se nos eixos de

Título	Autor(es)	Ano de publicação	Tipo de estudo	Origem/país de origem	Objetivos/finalidade	Tamanho da população e da amostra dentro da fonte de evidência (se aplicável)	Metodologia / métodos	Tipo de intervenção, comparador e detalhes dos mesmos .	Resultados e detalhes destes (por exemplo, como medidos) (se aplicável)	Principais descobertas relacionadas à(s) pergunta(s) da revisão do escopo.
									com deficiência adequado ao engajamento público, uma atividade que pode envolver (2) o confronto com as reações do público à deficiência, o que pode reformular o próprio senso de identidade da pessoa com deficiência e ser tão desgastante que ela precise preservar sua própria energia (3) ponderando o valor de cada troca e (4) ensinando outros a participar do acesso.	opressões e privilégios . O uso de tecnologia assistiva são fatores importantes na forma como os indivíduos vivenciam a situação retórica de acesso.
Crippling Online Learning Space Designs for Collective Access	Hwang, Eunkyung	2023	artigo	Pensilvânia(EUA)	Definir os espaços de aprendizagem online atuais como ambientes virtualmente construídos, imersos em lógicas centradas na conformidade e pressupostos capacitistas sobre acesso.	Estudo dos projetos dos artistas Elisa Giardina Papa, Shannon Finnegan e Bojana Coklyat	Estudo Qualitativo		Defende a construção de acesso coletivo em espaços de aprendizagem online em direção à justiça para deficientes. Propõem como estratégias 1) romper com designs capacitista e 2) Elaborar designs alternativos para espaços de aprendizagem. Enfatiza a paralisia colaborativa como uma prática anticapacitista	As tecnologias assistivas e o design universal reduzem parcialmente as desigualdades no espaço online de aprendizagem, pois ainda estão sendo inserida nos contexto para cumprir requisitos legais, o que torna provoca pouca contribuição na

Título	Autor(es)	Ano de publicação	Tipo de estudo	Origem/país de origem	Objetivos/ finalidade	Tamanho da população e da amostra dentro da fonte de evidência (se aplicável)	Metodologia / métodos	Tipo de intervenção, comparador e detalhes dos mesmos .	Resultados e detalhes destes (por exemplo, como medidos) (se aplicável)	Principais descobertas relacionadas à(s) pergunta(s) da revisão do escopo.
									informada pela tecnociência crip. Essa prática capacita os alunos a combater a assimilação generalizada de pessoas com deficiência em ambientes de aprendizagem online capacitistas.	aprendizagem equitativa.

APÊNDICE B - PROTOCOLO PARA REVISÃO DE ESCOPO

Identificação

Pesquisadora: Jessica Saraiva da Silva

Orientação: Giovani Mendonça Lunardi

Co-orientação: João Matheus Acosta Dallmann

Programa: Pós-graduação em Tecnologia da informação e Comunicação/UFSC

TÍTULO: Da fadiga de acesso à tecnologia assistiva: um protocolo para revisão de escopo.

1 INTRODUÇÃO

A Fadiga de Acesso é um conceito criado para nomear o fenômeno que as pessoas com deficiência vivenciam cotidianamente na busca de acesso a recursos inclusivos. O desafio de auxiliar outras pessoas para seu acesso é uma demanda desgastante e cansativa, resulta assim, por vezes, numa desistência por parte da pessoa com deficiência, pois o acesso não valha o nível de esforço necessário para sua obtenção.(Konrad, 2021)

As tecnologias Assistivas são várias ações em favor da funcionalidade das pessoas com deficiências. No Brasil define-se da seguinte como:

Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (Brasil, 2009, p. 9)

Compreender as dimensões presentes para a criação e execução de tecnologia assistiva, faz-se necessário perpassar às discussões a respeito do conceito de deficiência, pois perceber a realidade de forma multifacetada é um dos grandes desafios para evolução do homem, em prol desta, observa-se a construção de instrumentos na busca de aprimorar sua existência e das coisas em seu entorno, sendo as tecnologias sociais um destes instrumentos.

Neste sentido, a pesquisa propõe uma aproximação com os debates propostos pelo estudo da deficiência no tocante ao processo que antecede a criação de recursos de acessibilidade, sendo a Fadiga de acesso o elemento central para a investigação proposta articulada com a área de tecnologia assistiva.

2 OBJETIVOS

Identificar, na literatura, a existência de estudos primários sobre Fadiga de Acesso como conceito relevante para compreender as demandas de inclusão. Analisar, nestes estudos, a presença dos debates que possam contribuir com os estudos sobre tecnologia assistiva.

3 MÉTODO

3.1 TIPO DE ESTUDO

O presente trabalho é uma revisão de escopo (do inglês scoping review) é uma síntese de evidências, que será desenvolvida a partir do guia metodológico para revisão de escopo proposto pelo Instituto Joanna Briggs, versão 2024.

Serão desenvolvidas as seguintes etapas:

1. Elaboração da pergunta de pesquisa;
2. Identificação dos estudos;
3. Seleção dos estudos;
4. Extração e análise dos dados;
5. Síntese e elaboração do relatório.

3.2 QUESTÃO DE PESQUISA

A pergunta de pesquisa foi elaborada considerando o acrônimo PCC - (População/Population, Conceito/ Concept, Contexto/Context).

População/Population	Serão utilizados estudos que abordam o conceito Fadiga de Acesso.
Conceito/ Concept	O conceito de interesse é da área dos Estudos da Deficiência.
Contexto/Context	Serão considerados estudos conduzidos sobre Fadiga de acesso e deficiência.

Fonte: Elaborado pela autora

A pergunta de pesquisa será: Qual a produção científica sobre a Fadiga de Acesso e sua contribuição para área de tecnologia assistiva?

3.4 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FONTES

As fontes deverão estar disponíveis via *web*, preferencialmente em bases de dados científicas da área. Poderão ser selecionados trabalhos disponíveis em outros meios, desde que atendam aos requisitos da Revisão.

3.5 MÉTODOS DE BUSCA DE FONTES

Através do uso de palavras-chaves previamente definidas, buscas por artigos de periódicos ou anais de eventos científicos da área e trabalhos de conclusão de curso (graduação), mestrado ou doutorado (pós-graduação) deverão ser realizadas, principalmente via *web*.

4 ESTRATÉGIA DE BUSCA

Será utilizado como palavras-chaves: "Access Fatigue" OR "fadiga de acesso". Serão realizadas as buscas na seguintes bancos de dados: *Scopus*, *Web of Science* *BDTD* (*Biblioteca Digital de Teses e Dissertações*), *Scielo* e *Google Acadêmico*.

4.1 TIPO DOS ARTIGOS

Artigos de periódicos ou anais de eventos científicos da área; trabalhos de conclusão de curso, mestrado e doutorado.

4.2 IDIOMA(S) DOS ARTIGOS

Inglês e português.

5 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO DOS TRABALHOS

5.1 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO

- a) Devem ser trabalhos publicados e disponíveis integralmente em bases de dados científicas ou em versões impressas;
- b) Devem ser trabalhos publicados a partir de 2015;
- c) Os trabalhos devem tratar especificamente Fadiga de Acesso e apresentar o debate sobre tecnologia.

5.2 CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO

- a) Serão desconsiderados trabalhos que não estejam disponíveis integralmente nas bases de dados pesquisadas;
- b) Serão desconsiderados trabalhos anteriores a 2015;
- c) Serão desconsiderados trabalhos que não tratam do conceito de Fadiga de Acesso.

6 DAS RELEVÂNCIA E EVIDÊNCIA

6.1 CRITÉRIOS DE QUALIDADE DOS ESTUDOS PRIMÁRIOS

Ter sido publicado em periódico ou anais de eventos com revisão por pares quando se referir a artigos. Ter sido aprovado por banca examinadora quando se referir a trabalhos de conclusão de curso, mestrado ou doutorado.

6.2 PROCESSO DE SELEÇÃO DOS ESTUDOS PRIMÁRIOS

Deverão ser realizadas buscas com as palavras-chaves nas fontes de pesquisa definidas. Dos trabalhos recuperados deverão ser lidos os resumos, e uma pré-avaliação, já baseada nos critérios de inclusão e exclusão, será feita para selecionar os textos que deverão ser lidos integralmente. Os textos selecionados deverão ser lidos integralmente e avaliados rigorosamente de acordo com os mesmos critérios, sendo considerados válidos ou inválidos para os objetivos desta Revisão.

7 ESTRATÉGIA DE EXTRAÇÃO DE INFORMAÇÃO

Serão preenchidos “formulários de extração de dados” para cada texto, considerado selecionado para revisão. Além das informações básicas (dados bibliográficos, data de publicação, *abstract*, entre outros), esses formulários deverão conter a síntese do trabalho, redigida pelo pesquisador que conduzirá a revisão e reflexões pessoais do mesmo a respeito do conteúdo e das conclusões do estudo. Será utilizado como recurso o gerenciador – Mendeley (Reference Management Software) para organização dos artigos analisados.

7.1 SUMARIZAÇÃO DOS RESULTADOS

Com os resultados obtidos, deverá ser redigido um relatório que descreve sinteticamente o conteúdo da Revisão. Análises qualitativas e quantitativas, com relação aos trabalhos pesquisados e suas conclusões, também deverão ser realizadas. Será utilizado como ferramenta metodológica o *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* (PRISMA) para o checklist desta revisão.

8 FINANCIAMENTO

CAPES -Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) é uma Fundação do Ministério da Educação (MEC)/BRASIL

9 REFERÊNCIAS

AROMATARIS, E.; LOCKWOOD, C.; PORRITT, K.; PILLA, B.; JORDAN, Z. (Eds.). **JBI Manual for Evidence Synthesis**. Adelaide (AUS): JBI, 2024. ISBN 978-0-6488488-0-6. Disponível em: <https://synthesismanual.jbi.global/>. Acesso em: 5 abr. 2025.

BRASIL. SUBSECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. COMITÊ DE AJUDAS TÉCNICAS. **Tecnologia assistiva**. Brasília, DF: CORDE, 2009. 138 p.

CRUZ, C.; PEREIRA, G. C.; MELLO, I. G. R.; GRESCZESCHEN, V.; GUARNIERI, W. **Revisão de escopo**. Estudantes para as Melhores Evidências (EME) Cochrane, [s.d.]. Disponível em: <https://eme.cochrane.org/revisao-de-escopo/>. Acesso em: 5 abr. 2025.

KONRAD, A. M. **Access fatigue: the rhetorical work of disability in everyday life**. College English, v. 83, n. 3, p. 179-199, 2021. Disponível em: <https://publicationsncte.org/docserver/fulltext/ce/83/3/collegeenglish31093.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2025.